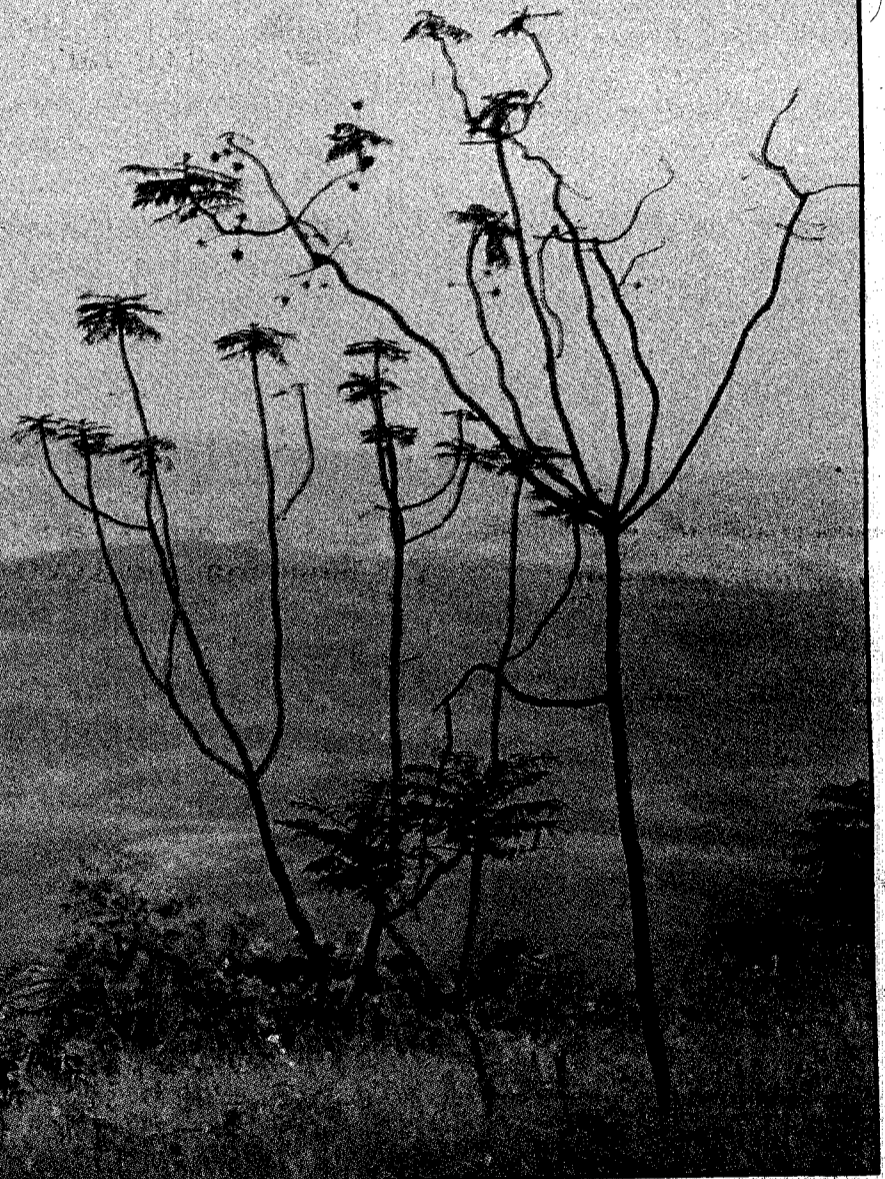




# Lendas e Histórias da Nossa Terra



## Nesta edição

2 — Editorial

3 e 4 — Lima Barreto  
Jason Tércio

5 e 6 — Sexualidade e a Moda Portuguesa  
Paulo Bertran

7 e 8 — Mito Indígena  
Manoel Rodrigues

9, 10 e 11 — Formoso de Minas  
Xico Mendes

12 — Música Popular  
Renato Vivacqua

13 e 14 — A Elite Dirigente  
Corsino Medeiros

15 e 16 — Canudos  
Cyl Gallindo

17 — Poesias

18 — Literatura  
Orlando Tejo

19 — Cartas

20 — Contracapa





# EDITORIAL

## Tudo pela Cultura



**Tadeu Roriz (PP)**

### Programa em rádio divulga a Câmara

Estar bem informado sobre o que acontece na sua cidade também é cultura. Essa é a opinião do deputado Tadeu Roriz, autor de um projeto de lei em tramitação na Câmara Legislativa, criando o programa "Horário Legislativo", na Rádio Cultura, com dois objetivos: melhorar a imagem do Legislativo local junto à população do Distrito Federal e manter os brasilienses bem informados sobre as propostas que estão sendo apresentadas para melhorar a cidade onde vivem.

"Incentivar a cultura não é apenas ler bons livros, assistir a bons filmes e boas peças teatrais, mas sim, antes de tudo, estar bem informado sobre o dia-a-dia do País e da cidade onde vive, podendo até mesmo contribuir com sugestões que melhorem a cidade onde reside", acredita o deputado.

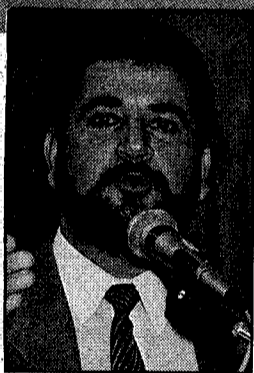
Conforme a proposta, que já está sendo estudada pelas comissões da Câmara Legislativa, o programa deverá ser veiculado nos dias úteis, no horário de 22:00 às 22:30, devendo divulgar o dia-a-dia do Legislativo local e os principais itens constantes do Diário da Câmara Legislativa. Segundo Tadeu Roriz, o Poder Executivo já transformou em lei mais de 400 projetos aprovados na Câmara Legislativa e outras 570 proposições tramitam nas comissões da Casa, com propostas de interesse dos moradores do Distrito Federal.

O "DF Letras" tem cumprido rigorosamente o objetivo pelo qual foi criado: divulgar ao máximo os trabalhos daqueles que dão tudo de si pela valorização e divulgação da cultura. Neste número, dentro desta disposição, o nosso tablóide lança em sua contracapa um anúncio estimulando ainda mais a participação de escritores, jornalistas, historiadores e poetas, entre outros, em suas páginas. **Escreva. Nós publicamos!** Para demonstrar o quanto a iniciativa da Câmara Legislativa está de fato incumbida do desejo de estimular a produção cultural em todo o

Centro-Oeste, especialmente, claro, no Distrito Federal, publicamos também nesta edição artigos de vários deputados distritais que aceitaram o nosso convite para expor suas idéias sobre temas diretamente ligados à cultura. Publicados em nossas páginas por ordem cronológica de chegada, os artigos deixam claro a participação dos nossos companheiros parlamentares no desenvolvimento e estímulo à produção cultural. O importante é que fique claro que o "DF LETRAS" está aberto a todas as tendências. É o que demonstramos, mais uma vez, neste número.

**NOVO CINEMA** — Poucos acreditaram muitos foram pródigos em tecer as críticas mais variáveis, o certo porém é que o Pólo de Cinema e Vídeo de Brasília já lançou oficialmente em todo o País o seu primeiro produto finalizado: "**A Terceira Margem do Rio**", de Nelson Pereira dos Santos. O filme, afora os seus méritos já reconhecidos pela crítica especializada, tem a importância de ser o primeiro de uma nova safra que vem por aí. O DF tem todos os méritos.

**Rose Mary Miranda**  
Vice-presidente (PP)



**Cláudio Monteiro (PPS)**

### Música Erudita no Parque da Cidade

A partir de 1994 a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro fará apresentações mensais ao ar livre, com entrada gratuita, no Parque da Cidade. Isso é o que dispõe o Projeto de Indicação do deputado Cláudio Monteiro (PPS) apresentando à Mesa Diretora da Câmara Legislativa. A proposta já recebeu pareceres favoráveis nas comissões de Constituição e Justiça e de Economia, Orçamento e Finanças. A próxima manifestação, que se

acredita será favorável, caberá à Comissão de Assuntos Sociais. Aprovada pelos deputados distritais, a idéia de Cláudio Monteiro seguirá imediatamente à sanção do governador Roriz.

— O que queremos é levar mais cultura e lazer à população brasiliense", justificou o parlamentar opositor na apresentação do seu projeto. Segundo Cláudio Monteiro "a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional é um importante instrumento de propagação da cultura

erudita. Infelizmente, porém, sua atuação é pouco conhecida das camadas mais carentes do povo do Distrito Federal, apesar do entretenimento que ela assegura". Segundo Cláudio Monteiro, a apresentação da Orquestra do Teatro Nacional proporcionará "horas de paz e envolvimento com os valores maiores da civilização". Ele observa que "onde tem sido tentada a apresentação de orquestras sinfônicas, o povo tem demonstrado profundo interesse".



Suplemento Cultural do Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal.  
Editado sob a responsabilidade da Coordenação de Editoração da Vice-Presidência com a colaboração da Coordenação de Comunicação Social da Presidência.

Vice-presidente: Rose Mary Miranda  
Chefe de Gabinete: Sebastião Cunha  
Assessores especiais: Chico Nobrega e Ivan Carvalho  
Coordenador de Editoração e Produção Gráfica: Nelson Pantoja  
Programação Visual: Marcos Lisboa  
Fotografia: João Wesley, Jane Neves e Fábio Rivas  
Editoração: Jane Neves, Luís Augusto Gomes, Marcelo Perrone, Dino Souza, Sebastião Peres, Sérgio Cáceres e Oscar Montes Monterrojas.  
Revisão: Nelci Stein e Luís Augusto Gomes  
Colaboraram nesta edição: Paulo Bertram, Jason Tércio, Renato Vivaqua, Corcino Medeiros, Luis Martins da Silva, Antonio Medrado, Hugo Pontes, Cyl Gallindo, Manoel Rodrigues, Xico Mendes e J. Cardias  
Chefe da Seção de Divulgação: Cláudio Lysias  
Chefe da Seção de Relações Públicas: Luiz Recena

Chefe de Relações com a Imprensa: Adriana Jobim  
Redação: Donalva Caixeta, Zinia Araripe, Cristina Timponi, João Alberto e João Paganini.  
DF-Letras tem assinatura gratuita. Os pedidos devem ser enviados para o endereço abaixo constando o nome do assinante, profissão, endereço completo e telefone para contato.  
DF-Letras/Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Redação: SAIN-Parque Rural Norte  
70.086900 Brasília-DF  
Telefone: (061) 347-5128  
Composição da Câmara Legislativa do Distrito Federal  
Mesa diretora: Euripedes Camargo (biênio 93/94)  
Benício Tavares Presidente  
Fernando Naves  
Geraldo Magela  
Gilson Araújo

Rose Mary Miranda  
Vice-presidente  
Lúcia Carvalho  
1º Secretária  
Peniel Pacheco  
2º Secretário  
Cláudio Monteiro  
3º Secretário  
Agnelo Queiroz  
Aroldo Satake  
Benício Tavares  
Carlos Alberto  
Cláudio Monteiro  
Edimar Pireneus

Jorge Cauhy  
José Edmar  
Lúcia Carvalho  
Odilon Aires  
Manoel Andrade  
Maria de Lourdes Abadia  
Maurilio Silva  
Padre Jonas  
Pedro Celso  
Peniel Pacheco  
Rose Mary Miranda  
Salviano Guimarães  
Tadeu Roriz  
Wasny de Rore

As colaborações, recebidas espontaneamente, são publicadas sem contrapartida pecuniária.

# A atualidade de Lima Barreto

*As críticas do escritor carioca às mazelas brasileiras continuam valendo até hoje*

□ Jason Tércio

Os estudos de literatura constituem uma instância de legitimação do poder literário das elites intelectuais. A crítica, seja jornalística ou universitária, seleciona e determina o que deve ser lido e valorizado, excluindo obras que não se adequem aos critérios estéticos vigentes.

Desse modo o leitor é direcionado, seu gosto literário é controlado, enquanto se reproduz a hegemonia dos detentores do saber, cujos critérios de avaliação de uma obra não são apenas estéticos, mas também morais, políticos, sociais. Há um evidente caráter ideológico autoritário na crítica literária, na medida em que um indivíduo, representante dos valores culturais predominantes, interfere na produção (favorecendo tendências e modismos), na circulação e no consumo do livro.

Assim se forma o cânon literário, do qual fazem parte uns e não outros, estabelecendo-se uma hierarquia estética. A consagração (e a rejeição) dos escritores por parte da crítica depende sempre de conceitos e preconceitos que pautam os juízos de valor. A consagração corresponde às idéias e interesses dos grupos dominantes. E não é demais lembrar que a hegemonia cultural é parte intrínseca da hegemonia política e econômica. A primeira não se consolida sem a participação da segunda.

Daí porque escritores com talento e vocação, autores de basta obra, são relegados, esquecidos, inserindo-se contrafeitos na categoria dos "malditos". Porque confrontaram não apenas o estilo literário dominante, mas também e sobretudo o pensamento e o poder das elites, sem fazer concessões.

Machado de Assis foi aceito, assimilado e consagrado em seu tempo porque seus livros faziam ataque existencial e filosófico contra as mazelas do ser humano. Machado não desafiou es-

truturas políticas, intuições. Pelo contrário: foi o criador da mais nobre instituição literária do país, a Academia Brasileira de Letras. Com seu texto elegante, pontilhado de citações de personalidades européias, abordando dramas individuais das classes abastadas ou da classe média em ascensão, Machado de Assis integrou-se ao gosto dos leitores que faziam parte dessas mesmas classes, as únicas que tinham acesso à educação formal.

Em contraposição, seu contemporâneo Lima Barreto — embora também negro, sem educação universitária, de origem pobre e vivendo no mesmo ambiente cultural — não faz parte do cânon literário. Foi recusado duas vezes na Academia, discriminado e rebaixado à condição de escritor menor, marginalizado socialmente. Sua desintegração física, devida ao alcoolismo, e sua pouca receptividade literária, são decorrência direta de sua posição contestadora, rebelde e provocativa, não poupando nenhum setor das elites dominantes, inclusive a literária.

Num país onde até hoje a obra literária de um escritor é julgada de acordo com o status profissional, econômico ou político que ele representa, autores como Lima Barreto não são aceitos facilmente. Isso explica o fato de haver obras mediocres aplaudidas pela crítica, quando os autores são personalidades representativas das elites. Essa característica brasileira vem desde o arcadismo, quando os escritores eram, antes de tudo, profissionais liberais conceituados na cúpula da sociedade.

Roberto Reis, em brilhante ensaio intitulado *Cânon*, observa: "Necessário ainda averiguar de que forma o cânon é reproduzido e como circula na sociedade, investigando, para enumerar alguns meios de divulgação, jornais e suplementos literários, antologias e currículos escolares e universitários, resenhas e crítica literária, comendas e prêmios,

chás de Academia e noites de autógrafos, nomes de logradouros públicos e adaptações para outros mídias, como o cinema ou a televisão. É mediante tais veículos que se propaga e perpetua o cânon". (1)

Convencionou-se denominar de "maldito" todo artista, mas sobretudo escritor, que, tendo grande qualidade literária, desviou-se dos padrões predominantes em seu tempo, desafiou costumes e radicalizou sua análise do ser humano. Por isso seu reconhecimento e inserção no cânon literário deu-se tardiamente, e mesmo assim de modo controverso e sem unanimidade. Sua personalidade foi, em vida, marginal.

É o caso de autores como Lautreamont, Edgar Allan Poe, Sade, Swinburne, Baudelaire, Villon etc. No Brasil podemos considerar "malditos" o dramaturgo Gorpo Santo, Gregório de Matos, Lima Barreto, entre outros.

Os romances, contos, artigos, crônicas e memórias de Lima Barreto foram amaldiçoados por boa parte da crítica de seu tempo. Os poucos críticos que o apreciaram em vida o fizeram geralmente em função dos aspectos sociais da obra de Lima Barreto. Esses críticos, de esquerda, viram na obra um documento do Brasil nos primeiros anos deste século e uma forte denúncia dos males que caracterizam a sociedade brasileira, suas contradições e aberrações.

Mas de modo geral as reações a Lima sempre foram díspares e ambivalentes. Ora rotulados de escritor panfletário e sem estilo definido, ora louvado como um dos mais argutos autores do País, sua obra, a julgar pelas opiniões da crítica, teria um valor relativo, conforme o ponto de vista que fosse encarado.

A ninguém passa despercebido, porém, o traço fundamental da obra de Lima Barreto: uma visceral paixão pelo Brasil, um inconformismo com os valores estabelecidos, inclusive a linguagem literária então pre-



ra soldar, ligar a humanidade em uma maior, em que caibam todos, pela revelação das almas individuais e do que elas têm de comum e dependente entre si". (2)

Com esta afirmação, Lima Barreto expôs seu projeto literário, demonstrando que seus eventuais erros estilísticos eram deliberados, parte de sua visão do papel da literatura num país como o Brasil. Não a literatura ornamental, tampouco a literatura como pré-requisito de distinção social, bacharelada, mas a literatura participante, militante, sem se tornar um instrumento meramente político. A literatura, para ele, era parte da política, da economia, dos costumes, da educação, da vida social. Foi essa tentativa de abranger todos os aspectos da sociedade brasileira que atraiu desafetos, mas também admiradores.

## Olhar Ferino

Em Os Bruzundangas, crônicas satíricas publicadas no jornal ABC, Lima virou o Brasil pelo avesso:

"Não há lá homem influente que não tenha pelo menos 30 parentes ocupando cargos do Estado. (...) No entanto, a terra vive na pobreza; os latifúndios, abandonados e indivisos; a população rural, que é a base de todas as nações, oprimidas por chefões políticos incapazes de dirigir a coisa mais fácil desta vida. Vive sugada, esfomeada, maltrapilha, macilenta, amarela, para que, na sua capital, algumas centenas de parvos,

dominante, neoparnasiana. É consenso hoje que ele foi o mais legítimo representante do pré-Modernismo nas letras brasileiras, tendo antecedido as inovações formais e a brasilidade de 1922.

Sintomaticamente, os detratores da obra de Lima Barreto balizaram seus julgamentos mais no aspecto formal, estilístico, para rechaçarem o conteúdo. Seus livros foram considerados mal escritos, quando na verdade o escritor só poderia mostrar as perversões da vida brasileira com uma linguagem anti-acadêmica, crua, deselegante, suja.

Numa carta escrita em 1918, Lima Barreto sintetizou seu ideário:

"Parece-me que o nosso dever de escritores sinceros e honestos é deixar de lado todas as velhas regras, toda a disciplina exterior dos gêneros e aproveitar de cada um deles o que puder e procurar, conforme a inspiração própria, sugerir dúvidas, levantar julgamentos adormecidos, difundir as nossas grandes e altas emoções em face do mundo e do sofrimento dos homens, pa-



com títulos altissonantes disso e daquilo, gozem vencimentos, subsídios, duplicados e triplicados, afora rendimentos que vêm de outra e qualquer origem, empregando um grande palavrão de quem vai fazer milagres".(3)

Em outro trecho dessas crônicas, lançadas em livro postumamente, Lima diz: "A política não é aí uma grande cogitação de guiar os nossos destinos; porém, uma vulgar especulação de cargos e propinas".(4)

Em artigo incluído no volume *Marginália*, Lima dá sua visão da política brasileira: "Eu a encaro, como todo o povo a vê, isto é, um ajuntamento de piratas mais ou menos diplomados que exploram a desgraça e a miséria dos humildes. (...) Ninguém quer agitar idéias, ninguém quer discutir, ninguém quer dar a emoção íntima que tem da vida e das coisas".(5)

O bacharelismo, o saber acadêmico foi alvo de inúmeras e virulentas farpas lançadas por Lima, na ficção e em artigos publicados em pasquins como *A Lanterna*, *Careta*, *ABC*, os únicos que o aceitavam.

Sobre Coelho Neto, o mais respeitado escritor da época, Lima Barreto escreveu em artigo publicado em 1918, e incluído em *Marginália*: "Romancista que só se preocupou com o estilo, com o vocabulário, com a paisagem, mas que não fez do seu instrumento artístico um veículo de difusão das grandes idéias do tempo, em que não repercutiram as ânsias de infinita justiça dos seus dias, em quem não encontrou eco nem revolta o clamor das vítimas da nossa brutalidade burguesa, feita de avidez de ganho. (...) Literatura puramente contemplativa, estilizante".(6)

Sobre a chamada alta sociedade: "São doutores arrivistas, que se casam muito naturalmente com filhas de portugueses enriquecidos. Eles descendem de fazendeiros arrebatados, sem nenhuma nobreza".(7)

A crítica literária e os escritores "estilizantes" foram alvos frequentes de Lima, desde seu primeiro livro, o romance *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, publicado em 1909. Romance à clef, retratou pejorativamente diversas personalidades do meio jornalístico e literário. Assim o autor se refere a um personagem crítico literário: "Uma casta de autores ele sempre elogiava: os diplomatas. Um deles publicou compilação de naturalistas e de receitas agrícolas sobre

frutas nacionais e o crítico elogiou a virtuosidade artística, o estilo límpido e sereno".(8)

O estilo literário vigente recebeu inúmeros ataques de Lima, como neste trecho de *Os Bruzundangas*, no qual o autor se refere aos escritores: "... o que eles publicam são sonetos bem rimadinhos, penteadinhos, perfumadinhos, lambidinhos, cantando as espécies de jóias e adereços que se encontram nas montras dos ourives".(9)

### Opção pelo Subúrbio

Um escritor desse tipo não poderia se integrar dos meios literários de uma sociedade fechada, provinciana e preconceituosa como era o Rio de Janeiro nas primeiras décadas deste século, quando se tentava transplantar a **bella époque** parisiense para uma cidade cheia de mosquitos, buracos, cortiços, febre amarela; uma cidade onde o violão era instrumento de malandro e negros, rechaçados pelas classes média e alta.

Um breve paralelo com Machado de Assis se faz necessário. Esse escritor, embora também negro, de origem pobre, sem educação superior e vivendo ainda na época da escravidão, nunca escreveu sobre as classes pobres e os negros. Raros são os personagens negros em Machado, e mesmo assim aparecem como meros figurantes, com pouca ou nenhuma fala. O cerne de seus livros é o espírito burguês, o que não diminuiu seu valor.

Já Lima Barreto concentrou-se nos personagens da classe média baixa e suburbana, nos pobres e boêmios. Os ricos ou os intelectuais, quando aparecem nos seus livros, são satirizados, ironizados. Talvez isso explique por que dois escritores tão semelhantes na origem social e da mesma cidade tiveram receptividade tão diversa por parte da crítica e, conseqüentemente, dos leitores.

Num tempo em que a divulgação e promoção dos li-

vros eram feitas apenas através dos jornais, e os críticos tinham o status de autoridade intelectual, a repercussão de uma obra era norteadada sobretudo pela imprensa, além da propaganda boca-a-boca. A informação de massa era monopolizada pela imprensa escrita, os grandes jornais eram dominados pelo que Lima Barreto chamava de "mandarins da literatura", e qualquer livro, para obter sucesso, tinha que ser antes aprovado pelos principais críticos.

Um dos mais respeitados críticos contemporâneos de Lima foi Ronald de Carvalho. Diplomata, poeta, articulista regular nos principais jornais, Ronald foi o terceiro principal historiador literário brasileiro de sua época, depois de Silvio Romero e José Veríssimo. Sua *Pequena História da Literatura Brasileira*, de teor culturalista, não procura fugir aos estilos de época. E sequer cita o nome de Lima Barreto, embora este já tivesse publicado quatro romances quando aquela obra foi publicada, em 1919. De fato, Lima havia publicado seus principais livros, sendo que os seguintes seriam antologias de artigos, crônicas e contos a maioria não inéditos.

O silêncio de Ronald de Carvalho não foi, certamente, um lapso de memória, pois Lima Barreto era presença constante nos cafés, nos bares, e na imprensa. Ou seja: seu nome era conhecido, como escritor.

O historiador apenas preferiu ignorar uma obra que ele considerava menor. Na verdade, a *Pequena História da Literatura Brasileira* tem sido vista como um livro superficial e acadêmico, além de, acrescentando-se, pretensioso.

Se Ronald de Carvalho preferiu a forma mais contundente de desprezo pela obra de Lima Barreto, o silêncio, seus sucessores em linhagem e pensamento recorreram à tática de desqualificar o mérito artístico de Lima.

Wilson Martins, na *Histó-*

ria da *Inteligência Brasileira* (volume VI), louva Ronald de Carvalho como um crítico de "sensibilidade apurada e esperta". (10) e defendendo-o da disseminada acusação de superficial. "Seria injusto acusá-lo de superficialidade pelo fato de ter desprezado as minúcias e o aprofundamento intensivo das questões". (11)

Essa identificação de Wilson Martins com Ronald de Carvalho se reproduz também na opinião sobre Lima Barreto, com a diferença de que o primeiro não pode mais omitir o escritor carioca de sua análise, e parte então para desacreditá-lo, atacando seus erros estilísticos e vendo sua obra como mero reflexo de frustrações pessoais. Um ponto de vista conservador e caduco.

Para Wilson Martins, toda a obra de Lima Barreto é a "transposição fictícia de seu próprio malogro", exemplificando com trecho de um conto, "mal escrito, como sempre". E classifica *Os Bruzundangas* como um "panfleto nacionalista, xenófobo, ressentido e cansativo".(12)

Já Lúcia Miguel-Pereira, em *Prosa de Ficção*, concede grande espaço a Lima Barreto, considerado por ela como "o primeiro dos modernos". (13) Nesse livro, fundamental na historiografia literária brasileira, publicado em 1950, a autora diz que Lima Barreto "logrou conciliar a agudeza analista e o sentimento poético, porque possuiu a ambos em alto grau..."(14)

Outro eminente crítico, contemporâneo, e que resgatou o valor da obra de Lima Barreto, foi Alfredo Bosi. Em sua *História Concisa da Literatura Brasileira*, ele fala que em Lima Barreto "... o que parece apenas espontâneo e instrutivo em sua prosa narrativa é, no fundo, consciente e, não raro, polêmico".(15)

Essa postura confirma o que foi dito anteriormente, que todo o esfoque de conteúdo e estilo de Lima foi parte de um projeto deliberado de fazer uma literatura que radicalizasse a sua op-

ção pela dignidade do ser humano em sua totalidade, e particularmente o ser humano brasileiro. No prefácio de *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* Lima já advertiu que é "um livro desigual, propositadamente mal-feito, brutal por vezes, mas sincero sempre".(16)

### Marginalidade Reciclada

Embora reabilitado pela crítica mais renomada de nossos dias, Lima Barreto continua sendo um escritor pouco conhecido nas escolas e entre o público em geral. Uma explicação para isso pode ser o fato de as estruturas políticas, culturais e econômicas do Brasil serem ainda muito semelhantes, na essência, às que existiam no começo do século, e que foram denunciadas por Lima.

O bacharelismo, o culto às aparências e ao saber livresco, a mania de citações, a corrupção política, as brutais desigualdades econômicas, a valorização da literatura estrangeira em detrimento dos novos autores nacionais, o preconceito racial nunca admitido, o aparinhamento, o nepotismo, o fisiologismo — tudo está aí.

E as universidades contribuem para manter Lima Barreto à margem, ao privilegiar nomes tradicionais consagrados pela crítica estabelecida. As escolas secundárias também reproduzem esse equívoco, não adotando novos autores em seus currículos.

Desse modo, o aparelho ideológico da cultura (formado pela crítica literária, pelas universidades e escolas em geral, pela imprensa e pela mídia como um todo) mantém no Olimpo literário os mesmos medalhões, selecionando o que deve ser lido.

Uma reflexão aprofundada dessa questão se faz necessária.

□ Jason Tércio é jornalista e escritor

## NOTAS

1. Roberto Reis, "Cánon", em José Luis Jobim, *Palavras da Crítica* (Rio de Janeiro: Imago, 1992), p. 74.
2. Lima Barreto, *Correspondência Ativa e Passiva*, vol. 1 (São Paulo: Brasiliense, 1956), p. 62.
3. Barreto, *Os Bruzundangas* (São Paulo: Ática, 1985), p. 43.
4. Barreto, *ibid.*, p. 78. Lima Barreto foi um sensível observador dos costumes políticos brasileiros e sempre criticou seus vícios, sobretudo no romance *Numa e a Ninfa*, mas nunca militou em nenhum partido. Uma vez ele falou "não sou socialis-

ta nem anarquista, não sou nada. Tenho implicações".

5. Barreto, *Marginália* (São Paulo: Brasiliense, 1956), p. 98.
6. Barreto, *ibid.*, pp. 110-111.
7. Barreto, *Vida e Morte de M. J. Gonzaga de Sá* (São Paulo: Brasiliense, 1956), p. 18.
8. A mania de ostentar título de ser "doutor" é um dos temas preferidos de Lima em seus livros, satirizando ou demonstrando aversão.
9. Barreto, *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (São Paulo: Ática, 1990), p. 90.
10. O *Correio da Manhã*, satirizado nesse

romance, proibiu a redação de publicar qualquer texto sobre e de Lima Barreto, proibição que vigorou até o fechamento do jornal, na década de 60.

9. Barreto, *op. cit.*, p. 49.
10. Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, vol. VI (São Paulo: Cultrix, 1978), p. 134.
11. Martins, *ibid.*, p. 135. Fábio Lucas falou de Lima em capítulo adicional.
12. Martins, *ibid.*, pp. 162 e 261.
13. Lúcia Miguel-Pereira, *Prosa de Ficção* (Belo Horizonte: Itatiaia, 1988), p. 265.
14. Miguel-Pereira, *ibid.*, p. 270.



## EROS E NARCISO (I)

## Sexualidade e Moda no Império Português

Em fins do Século XVIII

□ Paulo Bertran

"Mal por mal, melhor Pombal", rimava pela nova Lisboa, reerguida do terremoto às custas do ouro brasileiro, a população cética do tempo da Viradeira do reino de D. Maria I, ali pelo ano de 1777.

Oliveira Martins, no geral, e Júlio Dantas, com especialidade, fornecem-nos fontes impagáveis daquilo que foi em Portugal a volta do Ancien Regime após a reviravolta do nacional — estatismo de Sebastião José, o burguês tornado Conde Oeiras e Marquês de Pombal.

Um trejeito bisonho e muito mais arcaico do que a volta dos Bourbons à França depois do vendaval da Revolução de 1789 e depois da loucura imperial napoleônica.

Em Portugal, em fins dos 1700, o beatismo hipócrita voltava ao poder com a rainha D. Maria, histórica, cuja loucura chegava ao termo na medida em que chegavam a Lisboa as listas de cabeças roladas nas guilhotinas da França.

Por sob o governo da rainha louca, se era respeitada na fachada a moda real, no dia-a-dia praticava-se o francesismo mais cerebrado e antigo, o de Luiz XV, isso quando já vigia, na França, o estilo mais morigerado de Maria Antonieta e das marquesas da Revolução.

Nos saraus de Lisboa, para senhoras, pontificava o sr. Bispo dos Algarves, com seus óculos de lentes verdes — os óculos escuros que se vulgarizaram quando os veteranos da derrota de Napoleão na Rússia, em 1812, passavam depois por Paris portando aos olhos os vidros coloridos que lhes foram tão úteis no poupar as retinas contra a reverbação da neve

das estepes russas. A vulgarização dos óculos escuros.

Era preciso, era precioso para a tessitura das relações sociais — ainda o é — seguir modas. E a moda, com seu temível e fugaz poder de corrosão de estruturas não que chegasse mais tarde a Lisboa ou Ouro Preto e Vila Boa, chegava sim logo, *peut-être un peuajournée*, mas adaptando-se às idiosincrasias imemoráveis da cultura possível a Portugal e às colônias no apagarem-se as luzes ao século das iluminações.

Senão na Universidade de Coimbra, quiçá no Colégio dos Nobres, aprendia-se toda a bobagem e toda a verossimilhança do século XVIII, como sempre, até hoje, em todas as universidades latinas que conheci — sob a forma pastiche das citações sem contexto ou a mera repetição de chavões literários.



Retrato de Senhora, Biard



A noviça recatada

Nessa época que tratamos, anterior em 200 anos aos nossos dias, o choque de comportamentos e de mentalidades modísticas sofria (ainda hoje sofre) um processo de aculturação necessária e falsificadora. Copiava-se (copia-se) o que é necessário para a identificação planetária, rejeita-se o que não convém à desestruturação da família, família à portuguesa, preferencialmente endocástica, sutilmente endogâmica — enfim, um povo anárquico e conservador que chegava ao fim do século XVIII metendo as moças atrás das grades dos conventos e forçando os moços e emigrarem para as colônias em busca de novas parceiras crioulas e territórios a apossar, e, às vezes, colonizar. Vide Angola e Moçambique.

Confesso, não consegui descobrir a origem dessa política demográfica extravagante, mas que deve ter dado certo, constando os tantos milhões de gentes coloridas falando em português no Brasil, na África, em encastes da Índia e da China.

Quanto mais moças portuguesas estavam presas nos mosteiros gradeados, mais seus primos, parentes e frades libidinosos vinham

visitá-las. Acabou resultando, no reinado de João V, e depois, em môteis-conventos de curtíssima duração de encontros. O lisboeta Freirático do século XVIII devia fornicar em pé, contando os minutos em que a abadessa não aparecesse.

Havia uma instituição, a Roda dos Enjeitados, onde se depositavam as crianças, digamos assim modernamente, de maternidade recusada pelas inúmeras primas e freiras engravidadas, de cuja administração certo Pina Manique, de início chefe da polícia de Lisboa, auferiu tantos poderes de coerção, diretos e indiretos, sobre inúmeros pais e mães da Lisboa subterrânea, ou melhor dito, subconventual — que tornou-se esse Pina Manique o paradigma do bom administrador português no reinado da rainha louca.

## Os Modismos Inelutáveis

Todas essas coisas eram informadas ao Brasil, poucos dias depois do acontecido em Portugal. Com a mesma rapidez vinha o desejo da moda — (o que não implica em sua disseminação, mas na sua necessária

consciência) — através de estímulos culturalmente aceitos, negados ou permeados, à feição de um moderno vírus de computador.

Na verdade, coube mais ao Novo Mundo a transmissão de modas corrosivas à velha Europa do que o inverso.

De chofre, os americanos nocautearam os europeus com vícios de difícil reconversão metabólica: o tabaco aliterador das endorfinas, as pimentas viciantes. E, sobretudo, o açúcar, terribilíssimo, ainda hoje não inteiramente assimilados pelas espirais de DNA. Da mesma forma que o sal, com que os césores envenenaram suas legiões salarizadas. Na base do Velho e do Novo Mundo, a corrosão metabólica, quicá cerebral, pelo emprego abusivo do sal e do açúcar.

Com exceção das províncias norte-americanas, religiosamente soldadas nas heresias luteranas, o resto das Américas aplastou-se, por gula de territórios, na transigência e miscigenação infundáveis.

Sob a forma dos "Repartimentos" indígenas e pela escravização do africano, as Américas em geral tornaram-se inesgotáveis fontes de luxúria, com repetecos na Europa.

Registra-se na Lisboa do século XVI, do excesso de africanas escravas a constituir a escravaria, o serralho dos burgueses, dos fidalgos e até mesmo da plebe portuguesa. Lisboa, em certo período, era uma cidade mestiça.

Seria porém no século XVIII que a corrupção de costumes, provinda da América e até certo ponto da África, perfura o hímene da Europa. No plano ideológico, Rousseau, a alma desse século, o mais completo exemplar do seu antagonismo naturalista, cria no Bom Selvagem a visão paradisíaca do conservadorismo e da vertente romântica do revolucionarismo. Rousseau é e continuará a ser a concepção europeia das Américas, isto é, o exótico natural, a sexualidade direta, a índia nua, a polinésia melosa, o calor, o verde, as delícias de Paul Gauguin, o anticapitalismo.

Um santuário ecológico onde, imagina o europeu, a maldade do ocidental plantou a miséria nativa. Não sem antes frutificar o ventre autóctone.

## O namoro português

A cultura portuguesa e a brasileira tiveram muito, no passado, de um certo toque lúbrico, de um erotismo estranho. Na idade média, me-



tidos entre mouros, espanhóis e cruzados de toda Europa, "filavam-se" os portugueses as mulheres uns dos outros conforme a sorte das batalhas e escaramuças. Para depois "roussar-lhas", tudo isso conforme vetustas genealogias medievais.

Ao Rei Sancho II, um súdito roubou-lhe a rainha D. Mécia no próprio quarto real e não devolveu. Pedro, o Cruel, amadíssimo do povo português, e seu filho Fernando, envolveram-se com as belidades de Inês de Castro e Leonor Telles, com escândalos que ecoaram por séculos.

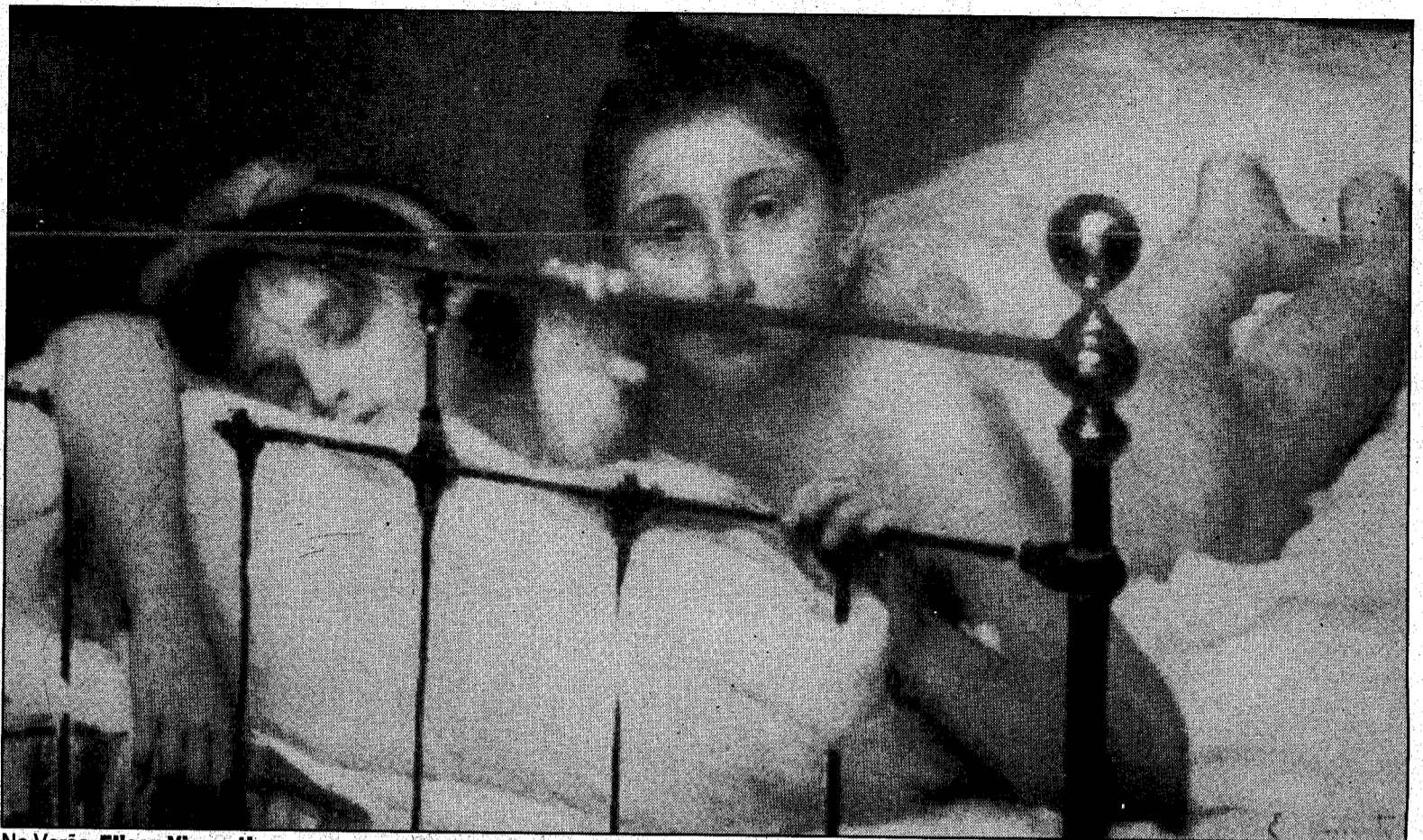
Metendo-se os lusíadas nas conquistas simultâneas do Brasil, das duas costas da África e da Índia, grande orgasmo mortal das caravelas vomitadoras de pólvora e chumbo, o português colonial tornou-se um habitado da femealidade exótica.

Seu império, quixotesco sob o ponto de vista de recursos humanos e materiais, manteve-se por inverosímeis anos nas quatro partes insustentáveis do mundo a que chegaram, graças a uma incriteriosa política sexual, extra-étnica e ultra-étnica, critério nenhum, a diferença dos espanhóis que foram desposar as nobrezas indígenas nas terras em que aportaram.

Coisa de marinheiro, de ralé do porto, o português ao tempo em que foi espanhol (1580-1640), celebrou-se em toda Europa pelos enormes bigodes, pela guitarra à mão e ainda pela desusada, anacrônica e inverossímil espada medieval que arrastava atrás de si, às vezes maior do que o dono, enquanto outros europeus, que pouco sabiam das cruas dos novos mundos, portavam leves espadas e decorativos espadins.

No século XVII tornou-se famoso nas cortes européias o Beliscão Português. Dava-se da seguinte forma, o beliscão:

Chegava, suponhamos, um fidalgo português a qualquer uma das 200 missas que se rezavam diaria-



No Verão, **Eliseu Visconti**

mente em Madri ou Lisboa. No borburiño do átrio da Igreja aspergiam as mulheres à pia benta, vestidas com aquelas saias armadas de balão, sustentadas por algumas dezenas de metros de fios de arame e outros tantos de entretelas, sem falar nos travamentos de caniços.

Ouvia-se, então, o grito lancinante — Ai, Jesus! E a balbúrdia formada no átrio. Dali escapava sorratamente o artista português, minucioso engenheiro náutico que por entre o complexo aranzel das saias de madame, conseguiria pespegar-lhe nas nádegas ou na coxa o roxo hematoma do amor à portuguesa. O Beliscão Português. Se atingia a anca da senhora, chamava-se "Beliscão do Sétimo Céu".

Depois, no século XVIII, (queixa-se Júlio Dantas), com a corte de D. João V, o "beliscão" foi aposentado e o "francesismo" instalou-se

nos costumes amorosos do reino. O português elegante do século XVIII chamou-se primeiro "o faceira", depois "o bandalho", depois "o peralta", por fim "o casquilho" e genericamente, "o frança".

Empoava-se todo com o mesmo pó-de-arroz que ainda hoje vende-se. O cabelo longo prendia-se do lado das têmporas com um ou dois chinós — a mesma chuchuca que ainda se usa fazer em crianças pequenas, só que esta no topo da cabeça.

Vestia botas altas com saltos que ainda se fazem em raros sapateiros e usam-se nos rodeios de Goiânia. E ia para as ruas namorar.

O namoro preferido (mas não a única forma de namorar), era pelas igrejas e conventos. Se nos conventos, visando a "prima" monja e nesse caso o namorado era um "freirático", categoria que, a crer-se em Júlio Dantas, empregava meio Portugal ao culto único no mundo

das Vênus enclausuradas.

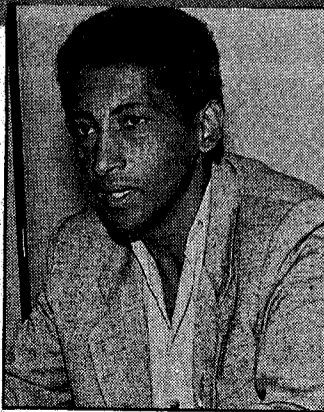
Um imperceptível código Morse percorria as naves das igrejas. As mulheres falando aos homens com trejeitos de leque que fariam inveja aos sinaleiros de um porto congestionado. Os homens repicando com modas "de lencinhos", que conforme as dobras, as cores e os gestos de quem manejava, desenhavam um vasto discurso amoroso. As Cartas Chilenas criticavam acremente as modas de lencinhos que Luiz da Cunha exercitava em Vila Rica, o que por si revela resistência a esse maneirismo. Em Portugal também reagia-se ao francesismo, tanto que os nomes de bandalho, casquilho e outros, têm inegável sabor de deboche contra o cortesão exótico.

O namoro nas vias públicas, por exemplo, dava-se em duas modalidades principais. Namoro "de estaca" e namoro "de estafermo". Na "estaca" o namorado

postava-se, firmado num pé, contra o muro fronteiro à janela da amada, e aí por meio dos lenços conversava com o vulto atrás das cortinas e reposteiros. Já no "estafermo", plantava-se o galante no meio da rua como um poste colorido e empoado, e dali conversava com a namorada — sempre os lencinhos — dando cabo de uma tarde inteira ao culto dos amores vãos. O estafermo passou, é claro, a sinónimo de palerma.

Já para fins do século das luzes, Oliveira Martins vê em Portugal um cenário que combina Fez do Marrocos com Paris da França. O francesismo português usava um teatro muçulmano, onde os pesados panos, charões, mantilhas e véus nunca cederam vez, na estética lusitana, aos etéreos cenários de Gainsborough.

E enquanto no andar superior da Lusitânia a rainha louca, D. Maria, rezava e gritava, outro Portugal fornicava,



**Euripedes Camargo (PT)**

## Crítica e Descaso com Promoções Culturais nas Satélites

"As cidades-satélites, notadamente Ceilândia, Samambaia e outras mais distantes do centro de Brasília, sofrem a falta crônica de opções na área cultural em razão do total descaso do Governo do Distrito Federal para com essas comunidades". A opinião é do deputado Euripedes Camargo (PT), residente em Ceilândia e

que há anos vive de perto essa deficiência. Ele lembra, por exemplo, que Ceilândia e Samambaia não contam com um único teatro ou cinema, o que obriga as pessoas que gostam dessas duas formas de arte a se deslocarem até o Plano Piloto, onde há inúmeras opções. Na avaliação do parlamentar, os setores responsáveis pela área

cultural de nossa cidade deveriam estar mais atentos ao fato de que satélites como Ceilândia e Taguatinga estão a caminho da total independência em relação ao centro do poder e merecem, portanto, ter seus próprios espaços culturais. Euripedes Camargo reconhece que a crise que se abateu sobre a área cultural ainda está longe de ser superada, mas acredita que,

no caso do Distrito Federal, falta também um pouco de vontade política, já que aqui existem dezenas de grupos de teatro, dança, música e outras manifestações culturais dispostos a procurarem soluções conjuntas. "O problema não é apenas a falta de recursos mas, principalmente, o não reconhecimento da importância de se valorizar a cultura", assinala.



# O Mito indígena da Lagoa Dourada

## e as Bandeiras do Brasil Central

□ **Manoel Rodrigues**

O relato que se segue é resumo do livro inédito "A Lagoa Dourada", escrito exclusivamente com documentos, pelo historiador das Bandeiras, Manoel Rodrigues Ferreira.

Logo após o descobrimento, os indígenas da América do Sul informavam aos portugueses e espanhóis, sobre uma grande e riquíssima Lagoa existente no Interior; além de ouro e prata ela continha também pedras preciosas, principalmente esmeraldas. Junto à Lagoa existia também uma cidade muito rica. Na referida Lagoa nasciam os três grandes rios: Paraguai (da Prata), São Francisco e Paraupava (hoje Rio Araguaia). Para se chegar a essa Lagoa bastava subir qualquer um desses rios. Isso era o que os índios de todo o litoral da América do Sul afirmavam, sem exceção.

A essa célebre Lagoa, os índios davam diversos nomes, nas regiões em que eles viviam: Lagoa Guata-vita (Lagoa do El Dorado) e Lagoa Manoa na hoje Colômbia; Lagoa Parime, na hoje Venezuela; Lagoa Paititi no hoje Peru; outra no hoje Chile; Lagoa Xaraies, no hoje Paraguai. No Brasil a célebre Lagoa recebia diversos nomes: Lagoa Paraupava na Vila de São Paulo; Lagoa Vupabuçu, Dourada ou Grande nas Capitânicas do Nordeste. Nos mapas portugueses e europeus, além desses nomes a Lagoa recebia também o de Lacus Eupana (uma tradução latina incompleta e corrupta de Lagoa Paraupava).

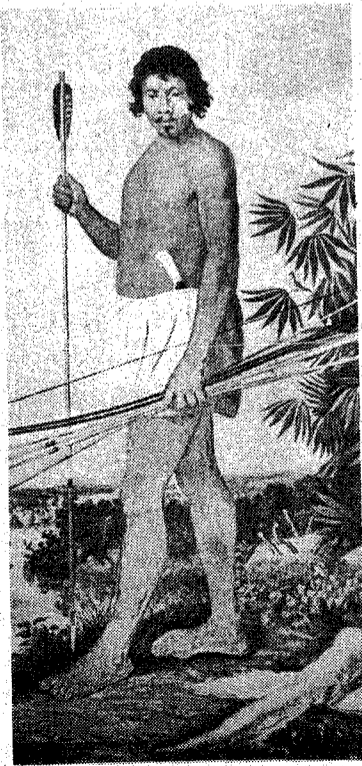
**O "CICLO PARAUPAVA"** No terceiro quartel do século dos Quinhentos (século 16), de todas as Capitânicas do Brasil partiram Bandeiras procurando chegar ao Rio São Francisco e subindo-o, alcançar a célebre Lagoa. Mas todas desistiram logo no início. Somente as Bandeiras da Vila de São Paulo de Piratininga perseveraram nessa busca. Em 1586 o grande sertanista Domingos Luís Grou parte da Vila de

O 2º descobrimento do Brasil: O interior, pelos Bandeirantes de S. Paulo



Com os Descobrimientos, os indígenas da América do Sul informavam aos portugueses e espanhóis que no Interior havia uma grande e riquíssima Lagoa; esses povoadores logo começaram a procurá-la. No Brasil a Lagoa recebia diversos nomes: Lagoa Paraupava em S. Paulo; Lagoa Vupabuçu, Grande e Dourada nas capitânicas do Nordeste; e Eupana Lacus nos mapas europeus, incluindo os portugueses. Os índios informavam aos portugueses que os rios Paraguai, São Francisco e Paraupava (hoje Rio Araguaia) nasciam na célebre Lagoa. Por isso, os cartógrafos portugueses e europeus em geral faziam o mapa do Brasil e também da América do Sul, dessa maneira, como mostramos ao lado.

São Paulo chefiando uma Bandeira, chega ao Rio São Francisco de onde volta trazendo em paz, grande número de índios Tupiães e seus primos Tupiniquins. Em início de 1590, quando a Vila de São Paulo contava com pouco mais de mil habitantes, Domingos Luís Grou une-se a Antonio de Macedo (filho de João Ramalho), formam uma Bandeira com quarenta e nove portugueses (nascidos no Brasil e em



Índio Tupi, Albert Eckhout

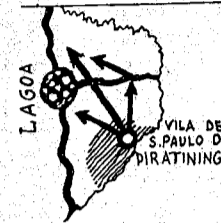


Afonso de Souza em 1530 veio com grande expedição, com esse objetivo. Tentou chegar ao Rio Paraguai através do Rio da Prata e por terra, mas sem sucesso. Então subiu ao planalto e com João Ramalho verificou que o Rio Anhembi (hoje Rio Tietê) seguia exatamente em direção Noroeste, isto é, em rumo à Lagoa Paraupava. Fundou, por isso, a Vila de Piratininga, junto ao Rio Piratininga (hoje Rio Tamanduaté), próxima à confluência desse com o Anhembi.

Portugal) e mais o súdito francês Guilherme Navarro e lançam-se no sertão desconhecido do Interior da América Portuguesa, à procura da Lagoa Paraupava. Ficaram quase quatro anos no Sertão e quando já eram dados como perdidos, surgem no dia 5 de Dezembro de 1593, com a Bandeira destróçada, na Vila de São Paulo. Morreram no vasto Sertão da Lagoa Parupava e Rio Paraupava (hoje Rio Araguaia), os chefes da Bandeira, Domingos Luís Grou e Antonio de Macedo, mais o francês Guilherme Navarro além de muitos outros membros.

A Bandeira de Grou-Macedo foi a grande descobridora do vasto Sertão do Interior do Brasil. Seguindo suas pegadas sucederam-se imediatamente Bandeiras em direção ao Sertão do Paraupava, até o ano 1618. Elas destruíram o mito da grande e riquíssima Lagoa Paraupava e forneceram aos cartógrafos em Portugal os elementos para o primeiro mapa científico do Interior do Brasil. Foram pois esses Bandeirantes do "Ciclo Paraupava" (1590-1618) os primeiros e grandes geógrafos do Interior da América Portuguesa.

Para ir à riquíssima Lagoa, bastava partir das fozes desses rios, pois subindo-os se chegaria às suas nascentes. O rio inicialmente escolhido por portugueses e espanhóis foi o Rio da Prata, pois por ele ganhava-se o Rio Paraguai. Martim



Afonso de Souza em 1530 veio com grande expedição, com esse objetivo. Tentou chegar ao Rio Paraguai através do Rio da Prata e por terra, mas sem sucesso. Então subiu ao planalto e com João Ramalho verificou que o Rio Anhembi (hoje Rio Tietê) seguia exatamente em direção Noroeste, isto é, em rumo à Lagoa Paraupava. Fundou, por isso, a Vila de Piratininga, junto ao Rio Piratininga (hoje Rio Tamanduaté), próxima à confluência desse com o Anhembi.

Martin Afonso de Sousa fundou a Vila de Piratininga para que ela fosse uma Escola de Sertanismo, imprimindo-lhe a idéia-força de que à sua gente e às futuras gerações caberia varar os sertões à procura da Lagoa Paraupava. Em 1553 com a

fundação do Colégio de Piratininga na Vila de Piratininga pelo Padre Manoel da Nóbrega, a Vila adotou São Paulo como padroeiro e passou a chamar-se Vila de São Paulo de Piratininga (hoje a cidade de São Paulo). Os seus bandeirantes exploraram e dominaram todo o território ao redor da Vila, expandindo-o para o Sul (área riscada no mapa ao lado). Em 1590 a Bandeira de Grou-Macedo inicia a grande penetração do desconhecido Interior do Brasil.

Embora tivessem esse bandeirantes destruídos o mito da Lagoa Paraupava, ele continuou através do tempo, fixando-se com o nome de Lagoa Dourada, mito ainda hoje vivo tanto entre os índios do Alto Xingu (com o nome de Lagoa Paraupava) como entre os habitantes do Brasil, por exemplo entre a população do Município de Iguape (SP). A cidade riquíssima que os índios informavam aos primeiros povoadores portugueses e espanhóis existir junto à célebre Lagoa, com o tempo, desta se dissociou, passando a constituir um mito independente, o da "Cidade Perdida", que atualmente exploradores e aventureiros tanto brasileiros como hispano-americanos e estrangeiros procuram intensamente nos países da América do Sul. No Brasil, particularmente, no interior da Bahia e nas nascentes do Rio Negro, no Amazonas.

**BANDEIRANTES E ÍNDIOS.** Desde João Ramalho e Martin Afonso de Sousa sabiam os habitantes da Vila de Piratininga que seria impossível varar os sertões, tratando os indígenas como inimigos. Assim, por exemplo, em 1590 o número de habitantes da Vila de São Paulo

era de pouco mais de mil pessoas (crianças, adultos e velhos de ambos os sexos), sendo que aptos para lutar eram somente cento e cinquenta homens. Ao passo que a população indígena do Brasil era de seis milhões (segundo avaliação dos atuais antropólogos). Assim, a Bandeira de Grou-Macedo (1590-1593) com somente cinquenta homens teria de enfrentar no grande Sertão do Paraupava, no mínimo um milhão de índios. Somente por esses números verifica-se que é hoje uma grande ingenuidade e má fé por parte de certos círculos brasileiros, considerar que eram as Bandeiras, "grupos de extermínio dos índios".

Na realidade, foi o gênio universalista do povo português que, na América Portuguesa permitiu tratar os indígenas como seus amigos e compadres, casando-se com as mulheres índias. Assim, ao invés de hostilizar os índios, os bandeirantes e sertanistas tratavam-nos como seus semelhantes, com espírito humanitário. E dessa maneira os conquistaram e conseguiram, com a inteira colaboração deles, conquistar o Interior do Brasil.

Mas são necessárias mais considerações sobre



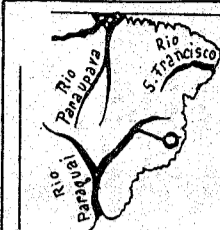
o assunto. Em 1590 e até quase a metade do século seguinte, as armas de combate dos habitantes do Brasil eram somente a besta (também chamada balestra), um arco mecânica europeu, e a espingarda-de-mecha, a primeira arma de fogo manual inventada na Europa e também lá ainda a única existente. Tanto uma como outra eram de difícil manipulação, difíceis de armar, principalmente a espingarda-de-mecha que não podia ser usada sob o vento, sob a chuva e à noite. A besta era uma arma tão comum que os moradores da Vila de São Paulo marcavam distâncias pelo alcance de um tiro de besta. Só os que desconhecem as possibilidades dessas armas é que afirmam terem os bandeirantes dizimado as tribos indígenas que encontravam no seu caminho.

Dessa maneira, aos moradores da Vila de São Paulo e aos seus sertanistas e bandeirantes só restava entrar em contato amistoso com os índios, tratá-los com amizade, com humanidade. Só se compreende isso, se se considerar que uma Bandeira com cinquenta portugueses (nascidos no Brasil e em Portugal) e mais alguns índios atravessava o vasto Sertão do Paraupava, onde viviam milhões de índios e depois de quatro anos voltava à Vila de São Paulo. Não nos esqueçamos de que os bandeirantes procuravam a Lagoa Paraupava (Lagoa Dourada) e só os índios é que sabiam onde ela se encontrava. Se os bandeirantes dependiam dos índios para obter essa informação, não iriam hostilizá-los, evidentemente. Mas, afirma-se também que o objetivo dos bandeirantes era a "caça ao índio", tornando-o seu escravo. Ora, a volta do Rio Paraupava (hoje Rio Araguaia) a São

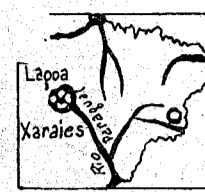
## O 2º descobrimento do Brasil: O interior, pelos Bandeirantes de S. Paulo



Os bandeirantes do "Ciclo Paraupava" (1590-1618) foram os primeiros e grandes geógrafos do Interior do Brasil, fornecendo aos cartógrafos em Portugal os elementos para os primeiros mapas científicos, que começaram a aparecer a partir de 1627. Outros cartógrafos ainda continuavam a elaborar mapas do Brasil com a Lagoa Paraupava, como fez Antonio Sanches em 1633. Mas esse mesmo Antonio Sanches, em 1641 fez o primeiro mapa científico e artisticamente belo do Interior do Brasil. E nele pôs a marca dos bandeirantes de São Paulo, dando ao hoje Rio Araguaia até Belém do Pará a denominação Rio Paraupava. E a hoje Ilha do Bananal teria nos mapas seguintes o nome de Ilha Paraupava.



A Bandeira de Grou-Macedo durante quatro anos ficou perdida no Sertão do Paraupava. Seguiram a ela mais de dez Bandeiras até 1618, constituindo o "Ciclo Paraupava". Durante 28 anos essas Bandeiras devassaram, exploraram todo o grande Sertão do Paraupava. E chegaram à conclusão: a Lagoa Paraupava (Vupabuçu, Grande, Eupana e Dourada) não existia. Tratava-se de um mito indígena. Os rios Paraguai, São Francisco e Paraupava (hoje Rio Araguaia) não nasciam em nenhuma lagoa, tendo suas nascentes independentes entre si. Deixaram os sertanistas do "Ciclo Paraupava" roteiros escritos para todas as Bandeiras que se seguiriam.



Os bandeirantes do "Ciclo Paraupava" verificaram que não existia a Lagoa Paraupava. Mas não fizeram o mesmo com a nascente do Rio Paraguai. Por isso, os mapas europeus continuavam mostrando que o Rio Paraguai nascia na Lagoa agora Xaraies. Em 1648 o bandeirante Antonio Raposo Tavares vai à procura da nascente do Rio Paraguai e verifica que a Lagoa Xaraies também não existia. Raposo Tavares desceu os rios Guaporé, Madeira e Amazonas chegando a Belém do Pará em 1651. A Lagoa desapareceu dos mapas. Mas o mito continuaria até hoje como Lagoa Dourada.

Paulo durava sempre, no mínimo cinco meses. Durante esse tempo, os índios como eram escravos não podiam obter sua alimentação, pois para tanto precisariam estar livres, e nesse caso, fugiriam, é claro. Então os tais índios escravos ficariam presos com correntes debaixo das árvores e os sertanistas iriam procurar alimentação para eles e para os índios. O que é um absurdo, pois no sertão a grande dificuldade é obter alimentação, e para isso, cada um a procurava para si, e ainda era pouco. Por outro lado, não nos enganemos com o vocabulário "escravo" que aparece em alguns documentos das Bandeiras. Escravos naquela época tinha o sentido de dependente, de agregado, situação aliás que muito agradava aos índios por pertencerem a uma civilização e cultura superior à deles. Dessa maneira, escravo naquela época era um vocábulo que não tinha o sentido pejorativo que passou a ter

depois. Enfim, os grandes inimigos dos bandeirantes e sertanistas, nos sertões, eram a falta de alimentação, as doenças, os animais peçonhentos, os intempéries, além de outros fatores adversos.

Mas, tudo começaria a mudar a partir de meados do século seguinte (século 17) com a invenção da espingarda-de-pederneira, mas ainda de carregar pela boca e de utilização difícil para uma Bandeira no sertão. Somente com a invenção do cartucho e das armas automáticas no início do século passado (século 19) é que se começou a dizimar os índios, tanto pelos seringueiros como pelos poaieiros. Mas não mais pelos bandeirantes, pois essa instituição não existia mais. E convém lembrar que os ingleses das Treze Colônias da América do Norte somente há exatos 150 anos (em 1843) iniciaram sua marcha para o Oeste ("Trilha do Oregon"), conquistando os seus indígenas a ferro-e-fogo. Não o fizeram

antes porque eram racistas, não se misturando aos indígenas, como fizeram os portugueses (nascidos no Brasil e em Portugal) nos três séculos e meio anteriores.

A Vila de São Paulo, com seu pouco mais de mil habitantes portugueses (nascidos no Brasil e em Portugal) almejava desesperadamente desenvolver-se economicamente, crescer em população, enfim tornar-se cada vez mais uma grande urbe. Só lhe restava trazer índios dos sertões. Por isso, quando as Bandeiras saíam aos sertões com o objetivo de descobrir a riquíssima Lagoa Paraupava (Lagoa Dourada) e não a encontrando e nem ouro em lugar algum, procuravam aliciar os indígenas pela persuasão, pelo convencimento, com bons modos, pela amizade, afim de levá-los para São Paulo. Assim, a Bandeira de André Fernandes, formada de somente 60 elementos, sendo trinta portugueses (nascidos em São Paulo e em Portugal) e

trinta índios, em 1615 voltava para a Vila de São Paulo trazendo 3.000 (três mil) índios Caatinga (Tupi), do hoje bico-do-papagaio ao norte do Estado do Tocantins. Em certo momento, no Rio Paraupava (hoje Rio Araguaia), no dia 25 de Fevereiro de 1615 houve uma desinteligência entre um sertanista e o cacique, resultando em ataque dos índios aos bandeirantes. Mataram os índios quinze sertanistas e regressaram às suas aldeias.

Hoje não podemos compreender aquela sociedade da Vila de São Paulo, onde portugueses (nascidos no Brasil e em Portugal) e índios viviam harmoniosamente, formando famílias de mamelucos. Não compreendemos isso porque a sociedade brasileira está hoje completamente dissociada da população indígena.

□ **Manoel Rodrigues Ferreira** é historiador, engenheiro civil, sertanista, escritor e jornalista



**Benício Tavares (PP)**

## Lei Orgânica orienta cultura no DF

A Cultura é a atividade, desenvolvimento intelectual e saber de uma sociedade, a isto mescla-se todo o complexo dos padrões de comportamento, crenças e valores transmitidos coletivamente. A Câmara Legislativa tem neste contexto o dever de assegurar ao cidadão brasileiro, através de leis e propostas os

caminhos que conduzam e aprimorem a cultura da nossa comunidade. Sem dúvida a casa legislativa tem procurado este objetivo, nestes três anos de existência várias leis foram aprovadas procurando garantir principalmente o acesso à educação, direito básico e fundamental para o cidadão, porém o passo mais

importante e decisivo para o aprimoramento do patrimônio artístico, cultural e histórico do DF foi a Lei Orgânica promulgada no dia 8 de junho de 1993. Faço questão de reforçar esta Lei Maior, que elaborada por todos os legisladores da Câmara Legislativa, lançou os princípios para a normatização da atuação

cultural do DF. Ela determinou várias ações objetivando o processo de criação e aperfeiçoamento do indivíduo e da sociedade, foi o ponto primordial para o crescimento da cultura no DF, é em cima do seu texto que acredito que devemos trabalhar e orientar nossas ações para o progresso de nossa cidade.



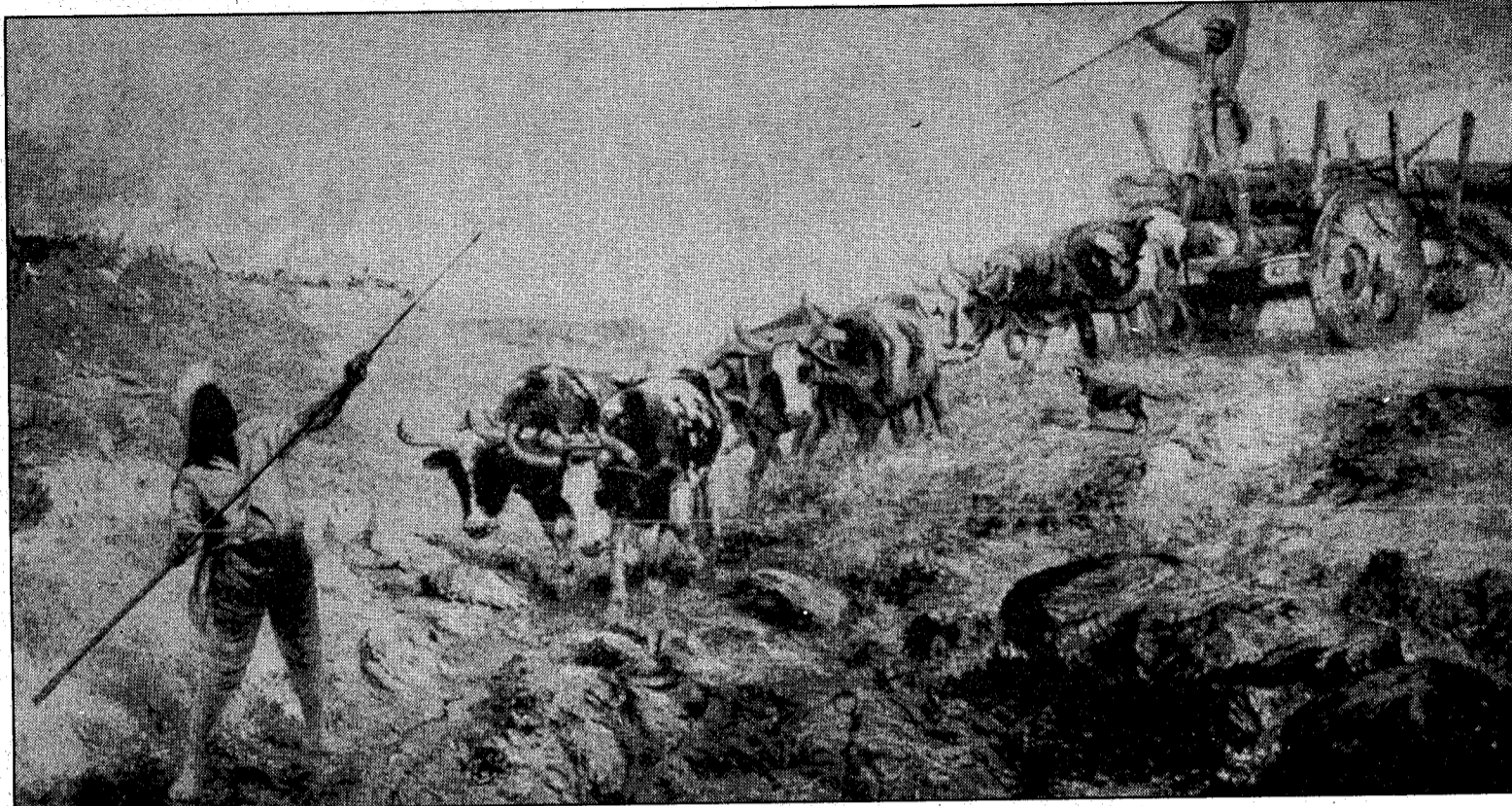
# Formoso de Minas: breve história

■ Xico Mendes

A desmistificação do en Deusamento simbólico de falsos heróis e o desprezo pela ênfase às "datas marcantes" têm sido uma tônica muito em voga na produção do conhecimento histórico baseado nas concepções teórico-metodológicas da historiografia crítica. Entretanto, é plausível frisar que a comprovação de historicidade dos fatos está, indissociavelmente, vinculada à cronicidade dos acontecimentos. Se as datas não são, necessariamente, um referencial de análise por si mesmas, devem ser e prevalecer, excluído seu caráter positivista, como um fator acessório sem o qual não será possível realizar interpretações abrangentes. Cada sociedade, nas suas relações e contradições, é marcada por datas que se tornam decisivas na construção e indispensáveis na compreensão do seu processo histórico. E Formoso possui as suas.

Em cinco de outubro de 1870, o Governo de Minas Gerais outorgava a Lei Provincial nº 1.713 pela qual era transformado em distrito de Paracatu o então arraial de FORMOSO. Distante e perdido nos sertões urucuianos, na fronteira de Minas com Goiás e Bahia, o povoado era mais um vilarejo paupérrimo que tentava superar o atraso sócio-econômico em busca de sua organização política e administrativa. De lá para cá muitas coisas mudaram, vários problemas foram resolvidos e outros surgiram em decorrência de seu processo civilizatório.

Neste longo período, os caminhos sinuosos percorridos por tropeiros e carros-de-boi para Januária, São Francisco, São Romão e Formosa viraram rodovias, as vielas viraram ruas e avenidas, as casas de taipa foram substituídas por edificações modernas, o modismo da televisão modificou os hábitos tradicionais, a população cresceu, tornou-se complexa e heterogênea. Nas palavras proféticas de Afonso Arinos, "a civilização ganhou (enfim), estas paragens" e o buriti perdido, "velha palmeira solitária, testemunha sobrevivente do drama da conquista", presenciou, silencioso e indefeso, a transformação do cerrado em imensos espaços limpos dominados pela pecuária e a agricultura comerciais.



A Derrubada, Antonio Parreiras

Com uma população de 7.200 habitantes e um território de 4.166 quilômetros quadrados, Formoso é hoje um dos maiores celeiros de grãos do Noroeste de Minas. Cidade antiga e pitoresca, o seu progresso foi lento e gradual. Suas origens remontam aos fins do século XVIII e deve ser compreendida como um desdobramento do processo de ocupação do planalto central. E neste processo, cabe aqui destacar, especificamente, os indícios históricos de penetração do homem branco nesta região à procura de metais preciosos e ambientes propícios à pecuária. Como se sabe, o Noroeste

Mineiro nos tempos coloniais foi ponto de intercâmbio entre os centros criadores do Vale do São Francisco e as minas de Paracatu e do Centro-Oeste.

Segundo o historiador Oliveira Mello, desde fins do século XVI, o Noroeste já era penetrado por vários bandeirantes como Domingos Luis Grou, Antônio Macedo, Domingos Rodrigues e Domingos Fernandes, visto que em relatórios da época encontramos referências sobre conflitos travados com indígenas da região. Não obstante, a primeira notícia concreta dessa penetração é constatada numa

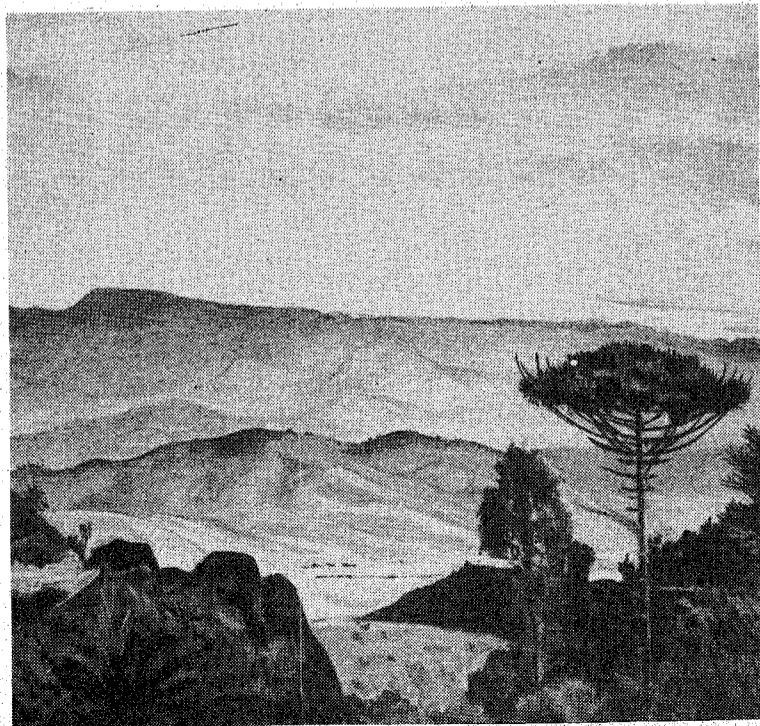
cédula de testamento do Sr. Martim Francisco, membro da bandeira de Nicolau Barreto durante a expedição de 1602-1604, e na qual é citado nominalmente o rio Paracatu como o primeiro topônimo primitivo destes lugares. Trata-se do primeiro sinal da presença dos sertanistas na região. Um relatório feito em 1623 pelo padre Antônio de Araujo sobre a bandeira de André Fernandes realizada dez anos antes, atesta também que esta chegou a estar no atual município de Unai ao mencionar o rio Luna (hoje Rio Preto); ainda no século XVII, além de Antonio Pedroso de Alvarenga e Lazaro Costa, outro sertanista que atinge esta região é Lourenço Castanho Taques (1668-1670), que estava em locais hoje pertencentes ao município de Buritis na sua divisa com Goiás.

Mas o Noroeste mineiro só é ocupado de forma efetiva a partir do século XVIII no alvorecer do cobiçado e fastigioso ciclo da mineração. Uma carta dirigida por Teodósio Duarte Coimbra ao Conde Valadares comprova que Paracatu já era, no começo daquele século, um arraial promissor. No entanto, somente em 1733 com a descoberta das minas do Paracatu por Felisberto Caldeira Brant e José Rodrigues Froes, e sua respectiva oficialização em 1744, ao governador da província Gomes Freire de Andrada é que ocorre o grande movimento populacional do qual resultou a fundação dos nú-

cleos originários dos diversos municípios do Noroeste atual. Outrossim, o batismo do menino Gonçalo em Capim Branco (Unai) é mais um indício de que, já em 1792, este povoado embrionário fosse um importante elo de ligação das minas de Paracatu com os demais povoados que iam surgindo no restante da região. Dentre eles, Formoso.

Neste sentido, é conveniente acrescentar que a primeira sesmária legalizada em locais próximos de Formoso, foi concedida a Francisco Alvares de Carvalho em 1739 cujos terrenos hoje fazem parte de Buritis. Foi também nesta época, após a descoberta das minas de Santa Luzia (Luziânia) em 1746 por Antônio Bueno de Azevedo e a instalação, em 1736, do posto fiscal denominado "Registro da Lagoa Feia", berço do Arraial de Couros (Formosa), que fortaleceram os laços de conexão entre o Nordeste e o Centro-Oeste através da famosa "Picada da Bahia" (caminho que atravessava o noroeste pela margem esquerda do São Francisco).

A partir dessa conexão, por sua vez, fortalecida com a crise da mineração no final do século XVIII, o Noroeste mineiro e o Vale do Rio Paraná despontaram como grandes núcleos e entrepostos de criação de gado. É exatamente dentro dessa contextualização global e complexa que inserimos nossa proposta de abordagem explicativa sobre a fundação e a evolução histó-



Paisagem de Itatiaia, Guignard

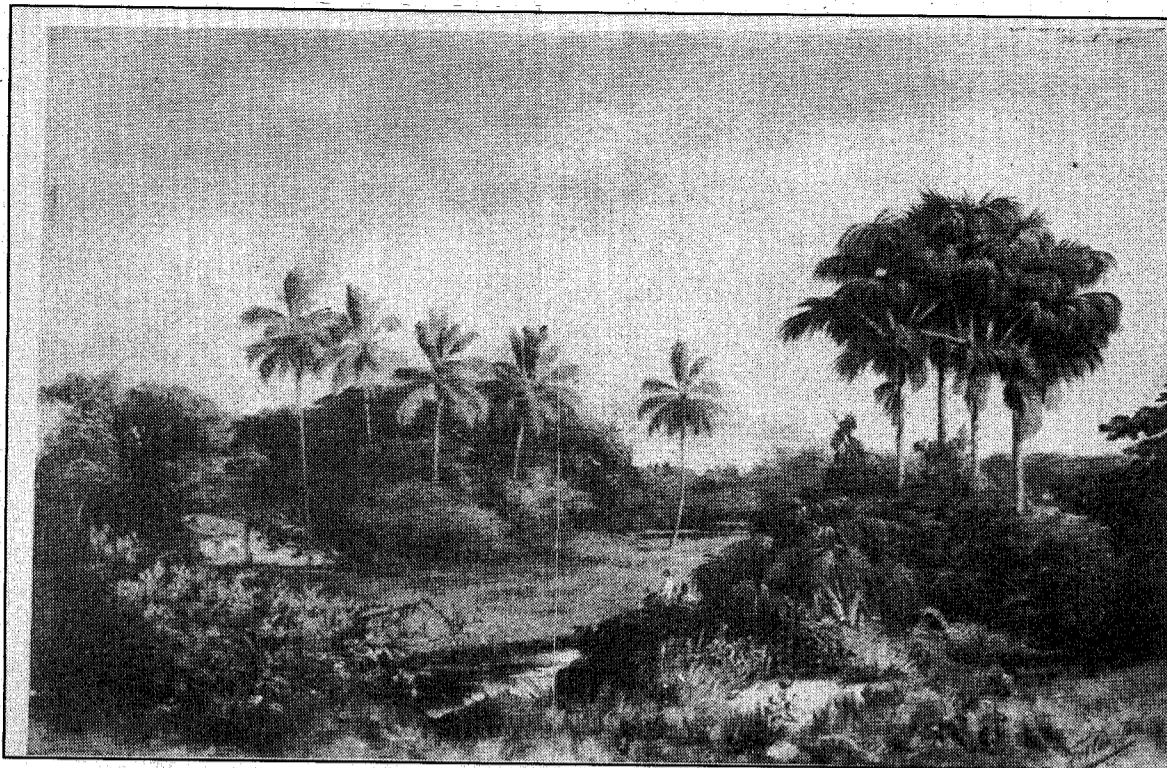


rica de Formoso. Antes, porém, convém ressaltar, para fins didáticos, que a história de Formoso está dividida em duas grandes etapas.

A "FASE DE FORMAÇÃO" ou Formoso Antigo, que vai desde fins do século XVIII até 1963. Nesta fase, temos a "ERA PRIMORDIAL" (século XVIII-1870) com um só período designado de "ARCAICO"; e a "ERA DISTRITAL" (1870-1963) em que se sobressaem os períodos "PARACATUENSE" (1870-1923) e "ROMANENSE" (1923-1963). A segunda, denominada "FASE DE ESTRUTURAÇÃO" ou Formoso Moderno, inicia-se com a criação do município na data precedente e vai até os dias atuais. Chamada de "ERA MUNICIPAL", ela é subdividida nos períodos "MODERNO I" ou Longa Transição (1963-1988) e "MODERNO II" (atualidades).

A Fase de Formação histórica de Formoso deve-se, como vimos anteriormente, ser compreendida dentro desse amplo processo de exploração e colonização do interior. Conforme documentação organizada e publicada em Belo Horizonte pelo jornal "Porta-Voz dos Municípios" em 1972, os fundadores da cidade foram o fidalgo BRAS ORNELLAS e o bandeirante paulista FELIPE TAVARES DOS SANTOS, este tetraneto de Antônio Raposo Tavares. Antes deles, provavelmente, é possível que outros sertanistas, nas suas locomoções, já tivessem cruzado o seu atual território; se levarmos em consideração os testemunhos que apresentamos neste ensaio.

Ainda não se sabe ao certo (por insuficiência de dados pesquisados) quem dos dois precedeu sua chegada. Em relação a Felipe Tavares (cujas linhagem genealógica estamos levantando), sabe-se que foi o responsável pela doação de 139 alqueires de terras à Nossa Senhora D'Abadia, hoje padroeira do Município. Com relação à



Buritís, Teles Júnior

família Ornellas, sabe-se que o seu patriarca supracitado saiu de Portugal em fins do século XVIII impulsionado por motivos bastante singulares. Membro de uma família aristocrática da nobreza lusitana ligada ao círculo político da Dinastia de Bragança, o fidalgo Brás Ornellas, homem de comportamento impetuoso, rebelde e aventureiro, numa das discussões domésticas habituais, desentendeu-se com o seu pai e, financiado por sua mãe, fugiu com um irmão, passou no litoral da África onde raptou BRISDA, (provavelmente uma jovem princesa negra), comprou escravos e seguiu para o Brasil.

Em nosso País, enquanto seu irmão desembarcou no Rio de Janeiro, Brás Ornellas ficara na Bahia onde, com seu bando de escravos, e, com certeza, bem informado sobre a fertilidade do solo e os climas aprazíveis do noroeste mineiro, seguiu o velho roteiro da "Picada da Bahia". À margem esquerda do Rio Urucuia, afluente do São Francisco, fixou-se e tornou-se um poderoso pecuarista. Casado,

posteriormente, com LAURENA DA SILVA BARRETO, ele teve cerca de seis filhos, entre os quais, Martin Antonio Ornellas, proprietário da Fazenda Rasgado, e Martinho Antonio Ornellas Júnior, dono da Fazenda Pontes.

O local do futuro povoado foi uma opção que denota o apreço de um povo pela estética e a religião. Em fins do século IX da nossa era, um papa do Catolicismo, por sua fisionomia simpática e pelo aspecto singular que envolveu sua morte, ficou conhecido pela alcunha de "Papa Formoso". Nove séculos depois, num lugar cercado de belezas naturais impressionantes (!), situado à margem direita de um riacho batizado com o nome de FORMOSO (que desemboca no Rio Rasgado e este no Rio Piratinga, subafluente do São Francisco), NASCIA UM POVOADO e, com ele, DESPONTAVA O NOME DE UMA CIDADE INSPIRADA NO IMPULSO DO BELO, DA AVENTURA E DA RELIGIOSIDADE.

Erguida a capela e iniciado o povoamento, os grandes criadores de gado da re-

gião, sobretudo a partir de 1840, como Firmino Francisco Magalhães, Rafael de Almeida, Félix Pereira, João Paulo da Silva, Levi Carneiro, Joaquim Lopes da Rocha e o próprio Martinho Antonio Ornellas Junior, entre outros, tornaram-se os PIONEIROS DA ORGANIZAÇÃO DO POVOADO DE FORMOSO.

Dotado de uma capacidade de comando administrativo inigualável, Martinho A. O. Junior logo se transformou no principal líder daquela comunidade. Segundo diz a tradição, era um homem inteligente, habilitado e um visionário do progresso. Casado quatro vezes, sucessivamente com Joana Gomes de Moura, Jacinta Gomes de Moura (irmã da anterior), Isidia Rodrigues de Almeida e Jovelina, foi pai de dezoito filhos confirmando sua índole como um progenitor generoso e anti-malthusiano. Os seus filhos foram fiéis continuadores da prole e do seu trabalho. Entre eles, cumpre mencionar Benedito, Martinho, Minervino e Joaquim Gomes Ornellas.

Organizado o povoado,

Formoso estava pronto para trilhar sua caminhada centenária para o desenvolvimento. Baseado na exploração da mão-de-obra escrava, comum naquele tempo, e na existência de grandes propriedades, a pecuária manteve-se como a base de sua economia durante a fase que denominamos "GRANDE CICLO AGRÁRIO" (século XVIII-1923). Sua importância estratégica como centro criador, valeu-lhe a sua elevação à condição de DISTRITO DE PARACATU EM 1870. Dezoito anos depois ganhava sua primeira escola, que só veio funcionar a partir de 1912 com as professoras Josinda Martins, Amelia Lins e Arabela Carneiro.

Com um território de 5.326 quilômetros quadrados e uma população de cerca de 4.000 moradores, o arraial contava, em 1910, com doze ranchos, vinte casas de telha, uma capela, três ruas e um cemitério. Isolado pelas longas distâncias e por sua localização geográfica tão desfavorável dentro do Estado, Formoso era até então uma sociedade exclusivamente rural que crescia lentamente sob o impacto, suave e às vezes desagradável, das circunstâncias humanas e da natureza. Mas ali estavam lançadas ao solo as sementes do seu histórico "Despertar Letárgico" entre as serras e as brumas silenciosas.

Graças ao empenho especial do Major Saint-Clair Fernandes Valadares, um destemido pioneiro do Vale do Rio Urucuia, era sancionada, em Sete de Setembro de 1923 pelo governador Raul Soares, a Lei 843 pela qual recriava-se o município de São Romão e em cujo território, após transferir-se de Paracatu, Formoso era anexado como um dos seus distritos. Iniciava-se naquele momento uma série de mudanças significativas. Dois anos depois, proveniente de Januária, a Professora Ana Pereira de Sousa tornava-se a grande responsável pelo ensino formando várias gerações de



Padre Jonas (PP)

## O Poder da Cultura

O Poder da Cultura de um povo é muito mais resistente do que se possa imaginar, porque seu engastamento está preso ao acervo intelectual e espiritual desse mesmo povo. Ignorá-lo, dando acesso a entrada da cultura de outro povo é procurar o extravasamento da revolta popular; menosprezá-lo, em troca da propaganda nociva e

embusteira é buscar a impopularidade sem saber; desrespeitá-lo, na tentativa de impor autoridade e "conhecimento superior" é travar uma batalha com a derrota antecipada; Anulá-lo, mediante ações contra o mesmo é injetar a dose de incentivo que ele necessita para sua perpetuação; e, exterminá-lo, pelo uso da força é fomentar e até mesmo

resguardar o seu ressuscitamento futuro. Por isso, alicerçados nos amplos acontecimentos históricos da humanidade, deixamos o seguinte pensamento a todos: se desejam a paz, o progresso, o desenvolvimento ordenado, a democracia e a eliminação dos conflitos, respeitem e protejam o poder da cultura dos povos que compõem o

nosso Globo Terrestre, se não as tormentas do desespero universal serão uma constante, porque a cultura não pode ser a expressão raquítica encafifada pela visão caótica de uma ideologia partidária radicalista, pois ela é palco das forças vivas, onde os ensaios de peças inconsúteis tecidas pelas raízes de suas origens.

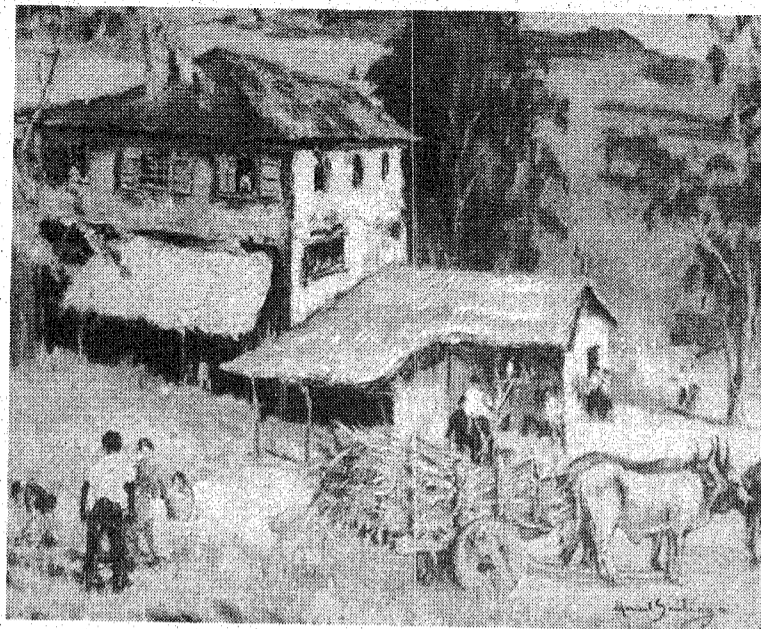


ilustres formosenses até 1950 quando é criado o Grupo Escolar Martinho Antonio Ornelas pelo Governo Eurico Dutra (gestão Milton Campos) e seu lugar, ocupado por outra grande educadora, Jacinta de Almeida Ornelas. Na Política, figuras insígnies exerceram a vereança, com sacrifícios, abnegação e desprendimento, representando o seu povo. Na Saúde, destacava-se a personalidade notável, emblemática e humanística do velho boticário Abdias Magalhães Ornelas, misto de farmacêutico e médico diplomado na universidade da vida, que salvou dezenas de vidas das garras insanas da morte.

Todas estas mudanças estiveram, de certa forma, ligadas ou condicionadas às modificações sofridas pela economia do distrito. Durante o Período Romanense, Formoso viu surgir e desaparecer dois importantes ciclos econômicos. Com o "CICLO DO CARRO-DE-BOI" (1923-1956), ampliou suas relações comerciais com cidades-pólo da região, principalmente Januária. A passagem do trabalho escravo para o trabalho livre (assalariado) redundou na passagem paulatina de uma sociedade rural para uma sociedade urbana. A supremacia das atividades pecuárias começa ceder espaço a outros setores emergentes como o extrativismo. Por conseguinte, o "CICLO DO PAU-DE-ARARA" (1956-1963), estimulado com a construção de Brasília, faz de Formoso um excelente ponto de parada dos candangos nordestinos e, com isso, fortalece o seu comércio urbano.

Com o seu desenvolvimento fortemente influenciado e vinculado à construção da nova capital, Formoso cria as condições de barganha política necessárias para reivindicar sua emancipação. Vários líderes da comunidade como Oswaldo da Silva Ornelas, Florípio Alves Santana, Vanderlino de Almeida Ornelas etc., reúnem forças, aglutinam apoios e a campanha emancipacionista ganha fôlego, inclusive com o engajamento parlamentar de deputados como Lourival Brasil Filho, Líder da Bancada estadual do PTN (Partido Trabalhista Nacional). Tendo seu nome incluído na lista de distritos a serem emancipados, a criação do município de Formoso foi aprovada pela Assembléia Legislativa de Minas Gerais através da Lei 1.764 de Trinta de Dezembro de 1962, sancionada pelo Governador udenista Magalhães Pinto.

Desmembrado e independente de São Romão, e instalado em Primeiro de Março do ano seguinte, o novo



Velho Engenho, Manuel Santiago

município teve ainda que superar inúmeros obstáculos para consolidar sua autonomia político-administrativa. Doravante, iniciava-se uma "Longa Transição" no sentido de dotá-lo dos mecanismos indispensáveis à sua estruturação definitiva. Nomeado intendente, Oswaldo Ornelas administrou por alguns meses até ser empossado o primeiro prefeito eleito da cidade, VANDERLINO ORNELAS, por sua vez sucedido pelo antecessor e este, precedendo José Botelho de Castro. Nestes dez primeiros anos, Formoso viveu uma espécie de "CICLO PRÉ-IMIGRATÓRIO". A população cresceu aos poucos, ganhou posto de saúde e o prédio para sede dos poderes públicos, e viu chegar os primeiros novos-imigrantes como o ex-motorista candango paraibano Jaudival Vaz Justino.

Incomunicável e isolado por falta de estradas e pontes frágeis, os primeiros meios de transporte da prefeitura foram veículos de tração animal, ou melhor, duas mulas possantes que, humor à parte e considerando os seus relevantes serviços

prestados à Administração, bem poderiam ter sido agraciadas com o honroso título de funcionárias públicas eficientes e pontuais.

Em pleno regime autoritário, o espírito de cidadania conquistou a mente dos formosenses. O pacto de unidade entre as famílias tradicionais foi temporariamente rompido. Nas eleições de 1970, concorreram pela primeira vez dois candidatos, e a derrota da "Oposição amigável" encabeçada por Oswaldino José Ornelas (candidato a prefeito), Jaudival Justino (vereador eleito) e Benedito da Silva Ornelas (patrocinador da campanha), serviu como um autêntico sinal de alerta, pois demonstrava a necessidade de apressar o ritmo das mudanças.

O projeto de "Modernização Conservadora" concretizado entre a segunda metade dos anos 70 e a primeira da década seguinte, comprovou a expectativa destes anseios. O Período Moderno I encerrava-se em 1988, mas deixava para a comunidade a marca de um tempo de sacrifícios e ansiedades. No plano político, a cidade foi governada duas ve-

zes pelo ex-coletor Lourival de Andrade Ornelas e uma vez pelo comerciante Nelson Dias Andrade. No plano econômico é mister destacar dois momentos decisivos: o primeiro, com a chegada dos imigrantes mineiros liderados pelos fazendeiros José Vitório de Lima e Orlando José da Silva, é conhecido como "CICLO PASTUREBA" (1973-1979), denominação pejorativa comumente usada em Formoso para designar os recém-chegados; o segundo, chamado "CICLO GAÚCHO" (1979-1988) em que ocorre a fixação dos imigrantes sulistas (gaúchos, paulistas, paranaenses etc.) como José Tude e Waldemar Cecchetto, entre outros.

Nestes dois momentos, enquanto permanece de um lado a pecuária extensiva, surge do outro, a mecanização dos cerrados com o incremento de tecnologias avançadas, o que faz da agricultura, antes tradicional e agora moderna, o setor predominante da economia municipal.

O conjunto de realizações e transformações deste período consolidam, definitivamente, a montagem completa da infra-estrutura urbana e administrativa de Formoso. A instalação de luz elétrica e saneamento básico, pavimentação, agências bancárias, postais e telefônicas, segurança pública, antenas de captação de canais de televisão, criação do ensino ginásial e secundário e a ampliação das vias de comunicação rodoviária são alguns dos diversos fatores intervenientes neste processo de urbanização e modernização da cidade.

Este projeto de modernidade, no entanto, apesar das vantagens positivas proporcionadas ao município, tem mostrado seus limites e implicações. Do ponto de vista cultural, a massificação acompanhada do vandalismo e do descaso pela pres-

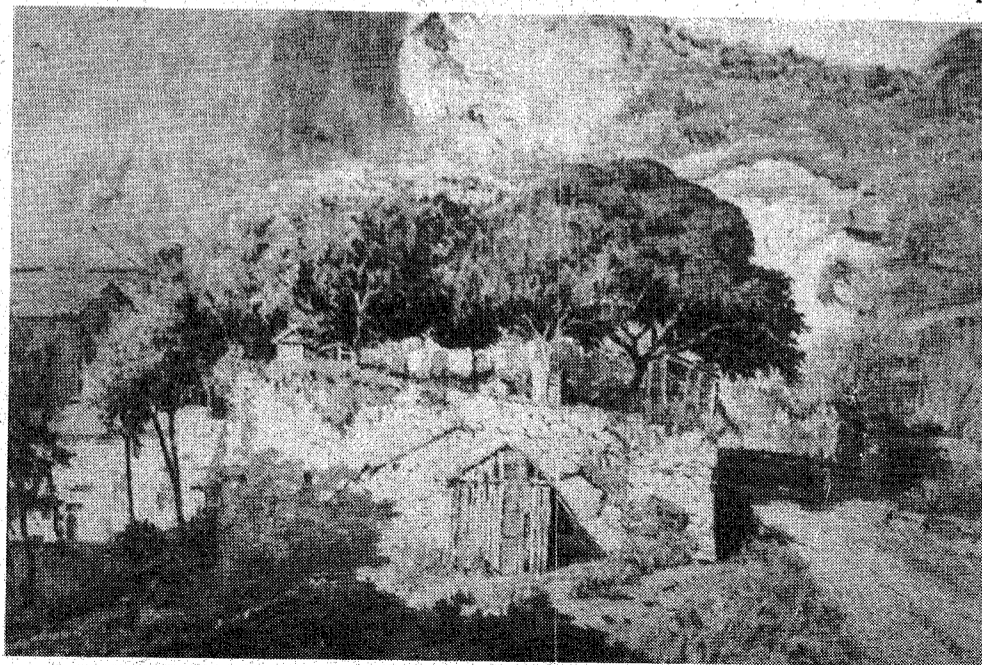
ervação da cultura, vem provocando o desaparecimento dos valores e das tradições populares herdadas do Formoso antigo. Do ponto de vista sócio-econômico, Formoso convive, simultaneamente, com a prosperidade do "CICLO NIPÔNICO" (iniciado em 1988 com o "Projeto Piratinga", programa agrícola financiado pelo capital japonês e executado pela empresa CAMPO com colonos do sul de Minas) e o impasse da crise gerada em função do excesso de demandas sociais, que se traduzem no desemprego, na precariedade dos serviços públicos como hospitais equipados, etc.

Politicamente, Formoso é um município que reflete o desejo de institucionalizar o uso de práticas democráticas de relacionamento entre a sociedade civil e seus representantes. Nos últimos anos, o município foi administrado por Orlando José da Silva e, atualmente, por Lourival de Andrade Ornelas. Nos três últimos pleitos de eleições municipais, a Câmara de Vereadores tem sido o melhor termômetro para avaliar o avanço da conscientização política. Isto se verifica ao constatar-mos a alta rotatividade e a renovação freqüente dos membros do Poder Legislativo local.

Esta é, portanto, uma sinopse, sem dúvida incompleta, e vítima de lacunas, na qual tentamos narrar, de modo simplificado, a trajetória histórica de Formoso, desde suas origens até o presente momento. Oxalá, que o aprofundamento de nossas pesquisas sobre a história da cidade, ora em fase inicial de coleta de dados, possa nos fornecer, brevemente, informações elucidativas suscetíveis de suprir as referidas lacunas e proporcionar-nos os instrumentos teóricos necessários para uma futura abordagem empírica e pormenorizada, de caráter eminentemente científico.

O presente texto é a íntegra da conferência proferida pelo autor durante o "3º ENCONTRO DE HISTÓRIA DO PLANALTO CENTRAL" coordenado pelo historiador Paulo Bertran, realizado em Brasília dia 11/12/93 na sede do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal e promovido por este órgão e a Academia de Letras e Artes do Planalto (Luziânia-GO).

□ **Francisco da Paz Mendes de Souza** (Xico Mendes) é professor graduado em História no CEUB e pesquisador, autor da monografia inédita "O Mito da Interiorização Através de Brasília", e agora pesquisa sobre a história de Formoso, sua terra natal. Endereço para correspondência: Av. Independência, Q.16 Casa. 15. Fone (061) 389-6630; Cep: 73320/160, Planaltina-DF.



Cenas do interior



## MÚSICA

□ Renato Vivacqua

## POPULAR



# Crônica Carnavalesca da História

Em outro artigo publicado pelo DF LETRAS já tinha mostrado a importância da música carnavalesca como referencial histórico, onde os compositores populares com sua criatividade e sentido crítico abordavam a eterna crise brasileira, constante da tríade carestia, corrupção e inflação. Hoje volto ao assunto, fruto de nova pesquisa, onde esses talentosos cronistas do cotidiano contam e cantam as modas e modismos, e estilos de vida, que surgiram até o final da década de 70 quando a indústria do samba-enredo destruiu pelo desencanto dos autores, uma fonte de cultura popular inestimável.

O cabelo curto das mulheres, mostrando a nuca, isso em 1925, foi uma revolução. A moda chamada "a garçonnet" foi alvo da gostosa marchinha de Pedro de Sá Pereira e Américo Guimarães: "À la garçonnet/ É a tal moda de sensação/ À la garçonnet/ Lá na avenida é a toda mão". Nesse ano as moças estavam ouriçadíssimas, até cartola usavam. Raul Silva glosou: "A mulher banca o homem/ Com essa tal de cartolinha/ Ai meu bem/ Vou ver se tiro uma linha". Pulemos para a década de 60 onde a rapaziada da Jovem Guarda cultivava os cabelos compridos



"Samba", Di Cavalcanti (1923)

nem sempre bem aceitos. Benone Silva e Omar Salle defendem: "É uma brasmora/ Essa garota me perturba a toda hora/ É, ê, ê, ê, ê, á/ O meu cabelo ninguém vai cortar". João Roberto Kelly/ foi contundente: "Olha a cabeleira do Zezé/ Será que ele é?" Em 1958 o vestido saco abafou. Elzo Augusto e Wilson Salles cantaram: "Em cima folgado/ Embaixo apertado/ O tal vestido saço/ Na Maria fica bem". Em 1966 a minissaia surgiu esplendorosa. O mesmo Elzo Augusto com O. Santos e J. Saccomani estava a pos-

tos: "Menina você chegou/ Deixou todo mundo assim/ A minissaia abafou/ Menina você é o fim/ Ai de mim". Fissurava a turma como contam Ely Santos, Maruska e Araujo: "Seu Delega/ Venha ver a confusão/ Que a minissaia/ Está fazendo no salão". Estupefação e gratificação causou o biquíni por volta de 58-59. A ousada protagonista da marcha de Gino Alves, Sebastião Martins e M. Almeida deve ter causado o maior rebo: "Você me disse que vai de biquíni/ De pé no chão/ E vão tocando cuíca". E vai

caindo as peças. "Garota monoquini" de João de Barro chega em 1964: "A garota monoquini/ Que beleza de menina/ Foi à praia sem confeti/ Só levou a serpentina". Liberação geral em 1973 com J. Jr e Bruno Soares: "Mas acontece/ Que chegou o top less/ Palmas pra ela/ Ela merece". O profícuo João Roberto Kelly, com Mazoni e Gugu Liberato, descreve o impacto: "Monique, estou passando mal/ Eu vi você na praia/ De fio dental". A moda unissex deixa os compositores Demostenes Gonzales e Gabriel Froes atordoados: "Que coisa louca/ Será que é?/ Calça de homem/ Blusa de mulher". O movimento feminista também foi clicado por Castrinho, Murié e David: "Sai e não diz pra onde/ Me manda fazer o jantar/ E quando a criança chora/ Pergunta se já dei de mamar".

O espírito conciliador dos hippies está bem expresso na marcha de Negrão e Lourenço para o carnaval de 72: "Podem me chamar de hippie/ De cabeludo, barbudo, não me acanho/ Pode chamar de tudo/ E até falar que não tomo banho".

Os ritmos alienígenas nos eram impingidos goela abaixo pelas gravadoras na década de 60. Foram incorporados pelos com-

positores carnavalescos com extrema bossa:

"Iê, iê, iê no carnaval" de Mário Eduardo e Jaime Janeiro: "Iê, iê, iê, iê, iê, iê/ Iê, iê, iê/ Pra mim e você". "Colombina/ Onde vai você/ Eu vou dançar o iê, iê, iê". Grande sucesso do campeoníssimo João Roberto Kelly em parceria com David Nasser.

"Twist no carnaval", da dupla peso-pesado João de Barro, J. Junior. Estourou em 1963: "Twist, twist/ Tu foste ao municipal/ Twist, twist/ Twist no carnaval". No mesmo ano o imbatível João Roberto Kelly abafa com "Mulata bossa-nova". "Mulata bossa-nova/ Caiu no hully-gully/ E só dá ela/ Iê, iê, iê/ Na passarela". Na marcha de J. Junior/ Vicente Longo e Aldemar Magalhães, a protagonista é muito sonsa: "Não dança hully-gully/ Não quer que ninguém fale/ Em bossa-nova/ Samaritana é uma ova".

Em 1984 lá estão João Roberto Kelly, Leleco e Chacrinha de antenas ligadas: "Break, break, break/ Pra pular o carnaval/ Vem cá neguinho/ Mostra como é/ Que a gente se entorta todo/ Da cabeça até o pé".

E ficamos por aqui, prometendo outros artigos mostrando o divertido almanaque musicado.



Aroldo Satake (PP)

## Cultura incentiva desenvolvimento

"Um País só poderá se considerar desenvolvido quando o seu contingente populacional for culto". Partindo dessa premissa, o deputado Aroldo Satake — descendente de uma das mais tradicionais culturas do mundo — tem procurado encontrar mecanismos legais para desenvolver o aprimoramento cultural

entre os brasilienses. Segundo o deputado, os grandes problemas nacionais passam sistematicamente, pela falta de incentivo à cultura do povo brasileiro. "Nossa sociedade ainda é fruto de deformações ocasionadas pela separação existente entre os diversos segmentos sociais", disse Satake, acrescentando que

"a verdadeira democracia só acontecerá através da cultura, sendo necessário que o País encontre e defenda as suas raízes culturais desde a mais tenra idade".

"As crianças brasileiras conhecem tudo sobre a cultura americana e quase nada sabem sobre a brasileira. Enquanto o Pato Donald, Tio Patinhas,

Búfalo Bill e Kennedy são heróis e mito para eles; a Mônica, Jeca-Tatu, Lampião e Saci Pererê pouco representam", lamenta o deputado, ao acrescentar que "os pais e as escolas devem cultivar esses personagens e mitos brasileiros para evitar que nos tornemos um grande satélite da cultura norte-americana".

# A Elite Dirigente e a Escravidão

Na cidade do Rio de Janeiro no final do século XVIII (I)

□ **Corcino Medeiros**

**H**á já uma excelente bibliografia sobre o assunto (1), contudo acreditamos que ainda não foi esgotado. O nosso trabalho não é exaustivo. Com ele pretendemos tão-somente analisar alguns aspectos da escravidão na cidade do Rio de Janeiro. Entre eles, o que diz respeito à imagem do escravo e do liberto no pensamento das elites dirigentes. Para tanto examinaremos a atuação da justiça como forma da coerção do Estado junto à massa de escravos e libertos, negros e mestiços.

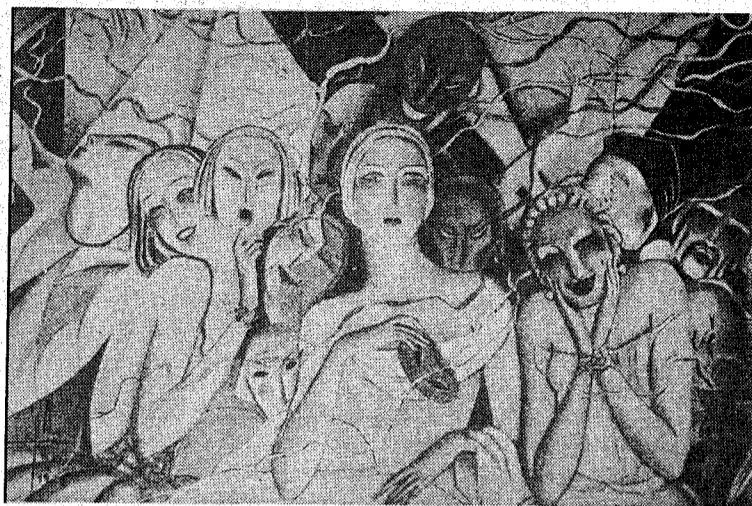
Tanto nas manifestações dos ouvidores como dos Vice-Reis e governadores coloniais há uma evidente carga ideológica no sentido de legitimar a escravidão, os castigos brutais e a discriminação sócio-econômica. Procuraram passar a idéia de que negros, mulatos e pardos são inferiores; e de que possuem tendência ao crime, à lascívia e à vadiagem. No entanto, quando deles precisaram, fizeram dos negros e mulatos os melhores profissionais em todos os ofícios. Mas quando escravos e libertos ameaçavam ocupar o lugar dos brancos, eram excluídos do mercado de trabalho e jogados no meio da rua. E, então em conseqüência do seu avultado número podiam tornar-se uma ameaça à segurança da cidade, o que vale dizer, à segurança da mesma elite dominadora. Diante e em nome de uma possível ameaça tratavam de esparramá-los pelos mais diferentes lugares, como faziam aos degregados ou, ainda, para as fazendas e engenhos onde teriam um tratamento mais rigoroso que na cidade. Um Vice-Rei chega mesmo a preconizar a diminuição do seu número, o que nos sugere cumplicidade do Estado com o extermínio de negros e mulatos libertos.

Quando um Ouvidor do crime afirmava que "... pretos e índios em que a fe-

reza e a barbaridade de costumes fazem sufocar os sentimentos da humanidade", não faz outra coisa senão desumanizá-los para justificar a violência e a opressão. O curioso é que as manifestações ideológicas da sociedade racista e preconceituosa continuaram através da História do Brasil (2).

No início do século XIX, preocupava-se a elite governante com o grande número de pretos e mulatos libertos na cidade. Essa preocupação aparece na correspondência diplomática e de burocratas da corte, como Luís dos Santos Marrocos. Era preciso diminuir o seu número, mandando-os para o campo ou matando-os na cidade. Mas essa mesma elite nunca programou a fixação dos negros libertos na terra, doando-lhes títulos de propriedade para que se tornassem produtores rurais e fossem integrados à sociedade como cidadãos. Aos imigrantes europeus, sim, devia-se distribuir terras e dar-se condições de produzir e integrar-se na sociedade brasileira.

O negro devia ir para o campo, sim, mas como es-



"O Carnaval da Vida", Gilberto Trompowsky, 1929

cravo e não de outra forma. Dizia o Vice-Rei, Conde de Rezende que, a bem do Estado, devia-se promover a sua diminuição na cidade. Por que não sugeriu a distribuição de terras públicas aos ex-escravos? Pelo contrário, sugeriu a criação de Casas de Correição (cadeias), para onde deviam ser mandados os libertos desempregados a fim de serem submetidos a

trabalhos forçados, tornando-os ainda mais revoltados, marginalizados e discriminados pela sociedade. Torná-los cidadãos comuns jamais entrou nas cogitações das elites dirigentes deste País.

Aí estão, acredito, as origens das manifestações residuais de preconceito, discriminação racial e sócio-econômica que perduram na sociedade brasileira.

## Escravidão e criminalidade

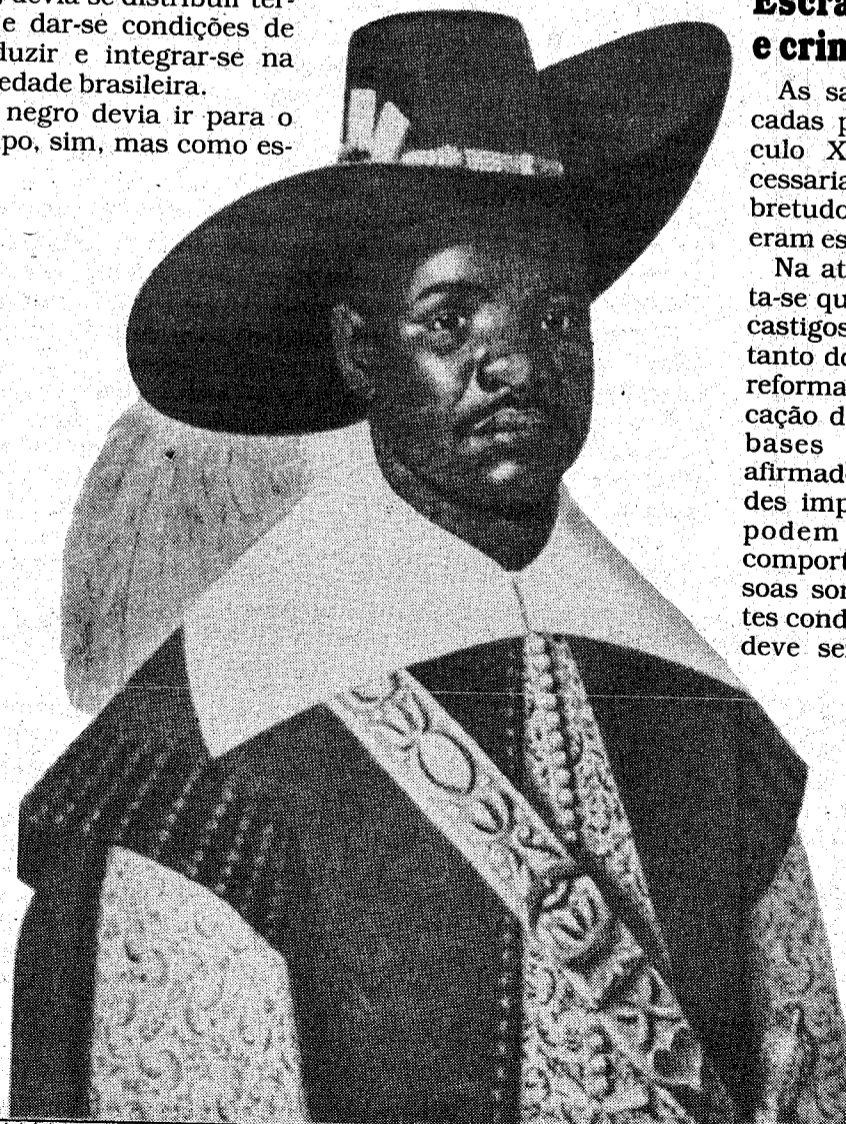
As sanções penais aplicadas pelo Estado, no século XVIII, eram desnecessariamente brutais, sobretudo quando os réus eram escravos indefesos.

Na atualidade argumenta-se que essas formas de castigos são ineficientes, tanto do ponto de vista da reforma quanto da reeducação do delinquente. Em bases técnicas tem-se afirmado que as penalidades impostas pelo Estado podem influenciar no comportamento das pessoas somente nas seguintes condições: 1) a punição deve ser proporcional ao

crime; 2) o castigo deve ser rápido e certo, se é para prevenir; 3) o castigo deve simbolizar a condenação ética da legítima sociedade; 4) castigos impostos por uma sociedade maior devem estar em acordo com as reações dos grupos primários; 5) a psicologia do ato criminoso deve ser tal que a ameaça do castigo tenha uma oportunidade para invadir a estrutura motivadora do indivíduo (3).

Se rotular-se um ato como crime é um processo social importante, também o será o processo pelo qual se é preso, julgado e condenado. A operação ritual tem objetivos explícitos e implícitos que vão muito além do infrator individual. Émile Durkheim sugeriu que o conflito ritualizado do Estado contra o criminoso ou acusado tenha por finalidade última reforçar os valores normativos da comunidade (4). As leis que definem esse ritual são elaboradas pelas comandas hegemônicas da sociedade e por isso são a imagem e semelhança do Estado organizado por si e para si. Essas leis transformam-se assim no árbitro dos conflitos da sociedade civil. Embora a necessidade histórica tenha produzido o Estado como princípio de unidade, governo e governados não sabem bem o que ele é. Compreendem-no como uma força coercitiva que resulta ou da Providência divina, ou do direito senhorial de conquista e de uma relação tipo paternalista, ou da vontade popular que designa seu representante (5).

Como nas leis consultudinárias, o direito positivo envolve a ação da comunidade. Nesse caso, a determinação da culpa e punição do acusado será responsabilidade do grupo social e do Estado e não da vítima. Assim, a designação ou rotulação de um ato como crime é mais do que a aplicação de um rótulo oficial, mas um processo social de longo alcance. Daí os marxistas argumentarem que a lei penal



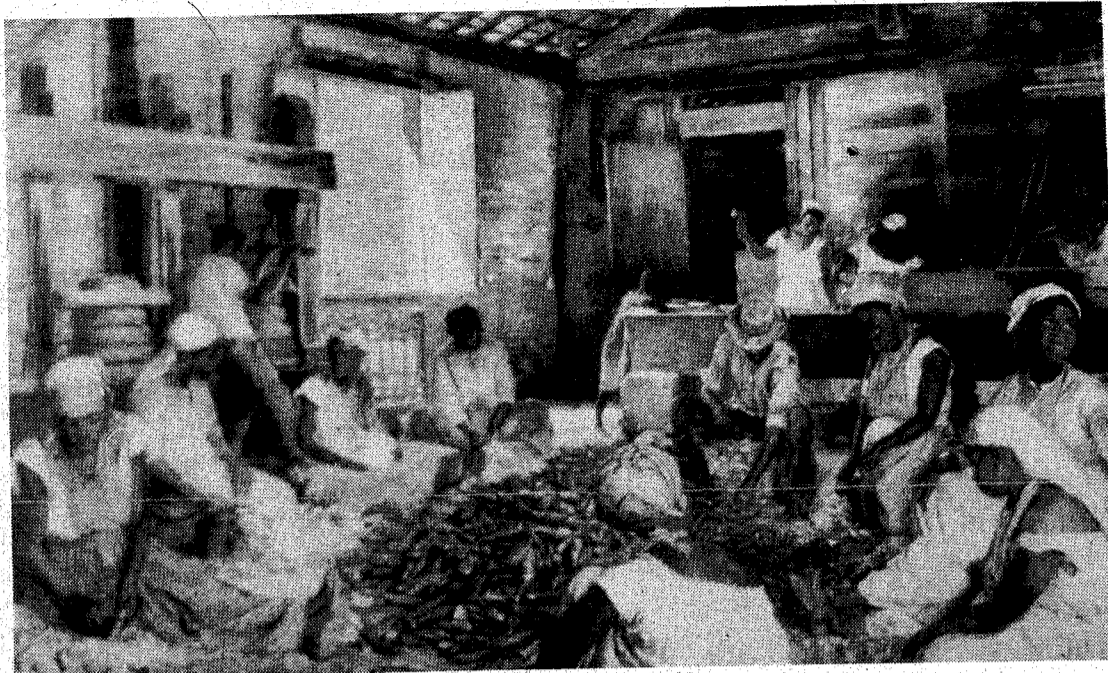
Negro do Congo em trajes europeus, Albert Eckhout (foto: Liberman)



não é senão outra arma das classes dominantes para a exploração do proletariado, especialmente as leis que se ocupam da propriedade.

Numa representação datada do Rio de Janeiro em 5 de outubro de 1795, acompanhada de uma relação de prisioneiros, o Ouvidor Geral do Crime culpa os negros e índios pelos muitos crimes praticados no Rio de Janeiro. Assim, expressa: "porém, senhora, os muitos réus que se ajuntam nas cadeias da Relação pela grande população desta cidade e seus arredores, e termo, e principalmente pelos muitos que vêm remetidos dos distritos da Relação, onde são frequentes os homicídios pela qualidade de muitos dos seus habitantes **pretos e índios em quem a fereza e a barbaridade de costumes faz sufocar os sentimentos de humanidade**" (6) (o grifo é nosso). A expressão do Ouvidor Geral está carregada de ideologia. Um dos estigmas de escravidão é exatamente a desumanização dos escravos pelos exploradores. Efetivamente na sua relação de 238 prisioneiros, os pardos escravos e forros representam 61%. Mas não revela toda a verdade. A relação era dos presos passivos de pena de morte e os negros e pardos escravos ou forros não só eram os mais aprisionados como também os que ficavam maior tempo na cadeia. Pelos mesmos crimes muitos brancos não eram condenados e quando eram não ficavam muito tempo na cadeia, pois logo eram julgados e postos em liberdade. Tanto é assim que os brancos da lista de presos estavam há pouco tempo na cadeia, o que não acontecia com os negros.

A idéia de que a cor da



Engenho de Mandioca (foto: Liberman)

pele ou uma característica racial similar possa ser uma causa de diferenças comportamentais tem sido desacreditada. Ao invés disso, o que parece mais importante é a posição social dos dois grupos e as consequentes diferenças no ambiente sócio-econômico e cultural. A estatística dos prisioneiros por raça (cor da pele) está sujeita a erros, mas é utilizada para fornecer a medida do comportamento criminoso por parte dos negros e dos brancos. Ela indica não somente que os negros cometem mais crimes que os brancos, como também que as ofensas estão mais pesadamente concentradas na categoria de crimes contra a pessoa humana. Parece-nos que há uma lógica nessa relação. É que os negros eram as maiores vítimas da escravidão da violência e do processo de desumanização. Logo, não faziam mais que corresponder às expectativas dos dominadores. No caso específico, temos 61% de criminosos negros contra 30% de brancos. Algumas hipóteses podem explicar essa diferença, pois além

dos elementos já apontados, os negros e pardos ou mulatos constituíam a maioria da população. Isto significa dizer que proporcionalmente, o índice de criminalidade dos negros não era muito diferente dos brancos. Por outro lado, os negros eram mais vigiados e muitos crimes que eram tolerados nos brancos não o eram nos negros (7). "A fereza e barbaridade e de costumes" de que fala o Ouvidor Geral não era senão uma reação de defesa, instinto de sobrevivência contra a prepotência e agressão dos brancos dominadores. Tanto isto é verdade que a grande maioria dos crimes de homicídio praticados pelos negros foi contra a pessoa dos seus senhores ou contra os seus prepostos. Num total de 145 negros prisioneiros havia 111 homicídios, contra 71 praticados pelos brancos em 71 prisioneiros. Isto significa dizer que eram presos somente os brancos que praticavam homicídio culposo, enquanto os negros o eram por toda a espécie de contravenção, até mesmo pelas que não co-

metiam. Há casos em que crimes cometidos por brancos foram imputados a negros. Logo, a "fereza e barbaridade" dos negros não passa de um estigma da desumanização e da discriminação.

No sentido mais amplo, a diferença fundamental entre os dois grupos sociais deve ser atribuída à posição sócio-econômica subordinada do negro na sociedade brasileira, com suas amargas implicações de privação econômica e da liberdade.

Negros escravos, libertos, pardos livres ou escravos, de um modo geral constituem uma categoria social tratada como uma espécie inferior e este fato criou um fardo psicológico (marca da opressão) que nunca deve ser ignorado.

Em ofício datado do Rio de Janeiro em 11 de abril de 1796, o Vice-Rei Conde de Rezende se dirige à rainha, expondo a situação social da cidade do Rio de Janeiro (8). Nesse documento demonstra estar muito preocupado com o grande número de negros, mulatos escravos ou libertos que perambulavam pe-

las ruas da cidade, em muitas ocasiões sem ter ocupação alguma. E o resultado era o aumento da criminalidade, da prostituição, e, por conseguinte, das doenças. Ao fazer referência à insuficiência numérica e à ineficiência da tropa infinitamente inferior ao número de pretos e mulatos escravos e libertos existente na cidade, revela temor de um possível levante dessa gente. Aliás, esse temor continua presente nas elites dominantes durante quase todo o século XIX. Aparece nas cartas de Luís dos Santos Marrocos, dos diplomatas e de muitos viajantes estrangeiros.

(1) Karasch, Mary — Slave life in Rio de Janeiro, 1808 - 1850. University of Wisconsin, 1972; Alegranti, Leila Mezan — O Feitor Ausente, estudo sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro, 1808 — 1821. F. Fil. Let. e Ciências Humanas da USP, 1983; Oliveira, Maria Inês Côrtes de — O Liberto: o seu mundo e os outros. São Paulo, Corrupio, 1988. Andrade, Maria José de Sousa — A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1860. São Paulo, Corrupio, 1988. Além desses há muitos outros, grande parte publicada no centenário da Abolição em 1988.

(2) Lopes, Luís Carlos — O Espelho e a Imagem, o escravo na historiografia brasileira, 1808-1920. Rio, Achiamé, 1987.

(3) G.M. Sykes — Crime e Sociedade.

(4) Le Suicídio  
(5) George W. Friedrich Hegel — Principes de la Philosophie du droit.

(6) Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, caixa 160 doc. 65.

(7) O Regimento dos Ouvidores Gerais no seu parágrafo 6 estabelece: "Nos casos dos crimes dos escravos e índios teréis alçada em todas as penas do degredo, açoites que aos malfeteiros pela ordenação são impostas; e nos casos de morte julgareis, com o governo e provedor da fazenda até a pena de morte inclusive, no que dois confirmarem, poreis a sentença e dareis execução sem apelo nem agravo".

(8) Arquivo Histórico Ultramarino, Rio de Janeiro, caixa 162, doc. 13.

□ **Corcino Medeiros dos Santos** Universidade de Brasília



**Peniel Pacheco (PTB)**

## Arte cristã cresce no DF

Uma das vertentes culturais que mais se destacam em Brasília é a crescente produção dos artistas evangélicos. Na música, na literatura, no teatro nota-se que o processo criador desse segmento visa a atingir um público diversificado, com mensagens cristãs e bom nível estético. Como fenômeno universal

que reflete o espírito humano em todas as suas manifestações sociais, a cultura transcende as circunstâncias políticas ou religiosas. Mas, ao mesmo tempo, seu conteúdo está sempre vinculado a idéias e valores específicos. A arte evangélica enfatiza princípios cristãos, sem a

preocupação de doutrinar e adotando formas atualizadas de expressão, em sintonia com o gosto contemporâneo. As bandas brasilienses Raízes e Livre Arbitrio, a Orquestra Cristã de Brasília e o cantor Valter Júnior são alguns nomes da área musical que têm se projetado no DF e em outros Estados. Na literatura, os escritores Vilarindo Lima,

Edístio Fernandes, Vladislav Gomes e Eudaldo Lima publicam obras dos gêneros poesia, romance e devocional. No teatro, os grupos Nektar e Os Servos fazem sucesso com suas peças apresentadas em colégios, praças e igrejas. São alguns exemplos, entre muitos, do dinamismo da cultura artística evangélica que atrai platéias irrestritas.



# CANUDOS

Livro comemora os 90 anos de publicação de **Os Sertões**

□ Cyl Gallindo

CANUDOS e Outros Temas, de Euclides da Cunha, saindo em 2ª edição pelo CEGRAF, objetiva, como obra germinativa, marcar as comemorações dos 90 anos (nov/1902-1992) de publicação de *Os Sertões*. Embora com atraso, aí está o livro exatamente como fora idealizado por Olímpio de Souza Andrade e Dermal de Camargo Monfrê, para a juventude tomar conhecimento do que de mais puro e forte existe na literatura brasileira.

Ao ser procurado por emissário de Virgílio Moretzsohn, Gabinete Editora-RJ, para saber se teria meios de interceder junto a alguém capaz de reeditar o volume, de imediato, aflorou-me à memória um nome: Senador Mauro Benevides, então Presidente do Senado Federal. A lembrança não veio por acaso. É que, não obstante o alto posto em que estava investido, como estadista de primeira grandeza, o Senador sempre me desarmara de formalidades com singular atenção e, além da condição de intelectual, recém-eleito para a Academia Cearense de Letras, é conterrâneo do Conselheiro, personagem central da obra-prima euclidiana.

A confiança confirma-se: o senador Benevides ouviu o pleito e orientou-me a formalizá-lo, encaminhando-o ao Diretor-Geral do Senado, sr. Manoel Vilela de Magalhães, o que foi feito através da Casa de Pernambuco, com o seguinte argumento:

"Move-nos tão-somente o interesse único de não se permitir que sucumba ao peso do esquecimento e da indiferença uma das mais importantes obras, tanto pela temática como pela estrutura e estilo, escrita em língua portuguesa, por um brasileiro. Como, sobre quaisquer obstáculos, mantém a Itália compromisso com Dante Alighieri; a Inglaterra, com Shakespeare; a Alemanha, com Goethe; Portugal, com Camões; e tantas outras nações com seus filhos mais ilustres, é igualmente dever do Brasil conduzir acesa a chama Euclides da Cunha".

No período do vagaroso curso da burocracia, dependente de parecer de comissão, orçamento e outros detalhes,



**Batalha do Avaí, Pedro Américo**

houve recesso do Congresso Nacional e eleição para a Mesa Diretora. Eleito o senador Humberto Lucena, paraibano, grande incentivador da cultura, do que dou testemunho com livros cuja edição foi de sua responsabilidade, o compromisso foi mantido com a mesma grandeza de espírito.

Nesse interim, travei contato com o sr. Joel Bicalho Tostes, sobrinho de Euclides e representante da família, que encaminhou documento ao Senado, esclarecendo: "Não cabe mais aos descendentes do escritor pagamento de nenhuma espécie pela utilização de quaisquer obras ou trabalhos literários por ele produzidos, pois todos caíram em domínio público". E em correspondência, num excesso de generosidade, disse: "Oxalá a sua idéia (que não fora minha, mas do Virgílio) de escrever a orelha da obra a ser editada sob patrocínio do Senado possa ser concretizada. Honraria Euclides".

Honrar Euclides da Cunha com a minha insignificância? Adicionar uma única letra ao que produziu? Nenhuma pretensão. Honra-me sobremaneira a luta de alcançar o sentido de sua monumental obra, de majestoso estilo harmonioso e belo, cujo defeito, apontado por Paulo Dantas, é ser "brilhante ou clássico demais".

"Educado na rede da escola de dificuldades e perigos", justifico-me: meu primeiro contato com a obra euclidiana foi quando fazia, tardiamente, o curso ginasial noturno,

no Recife. O professor Augusto Wanderley deu-me um velho exemplar de *Os Sertões*, profetizando: "No dia em que você entender toda verdade aqui exposta, considere-se um cidadão". Como a grande maioria do povo brasileiro, porém, ainda não atingi essa cidadania, embora a persiga como um cão danado. E só Deus sabe quanto me é negada.

Dispus-me a escrever esta nota por duas razões. A primeira, como ato de justiça, para esclarecer donde veio a idéia e o motivo da publicação deste livro, bem como os verdadeiros responsáveis pela sua concretização.

A segunda, muito mais na qualidade de jagunço do que de intelectual, visto que sou consciente da minha "ortografia bárbara", da "escrita irregular e feia" como se pode observar neste "desgracioso" texto, tem como finalidade primordial fazer ver ao espírito de Euclides da Cunha que, em contrapartida às suas verdades, ocultadas ou esquecidamente lembradas, o engodo e a mentira continuam massacrando, espeznando, segregando e marginalizando o povo nordestino. A *Canudos* que falsamente afronta o poder, envergando a burguesia, não é mais um arraial fincado no sertão baiano, é toda a região, com formidáveis ramificações no Brasil inteiro.

A República até o presente ainda não se estruturou definitivamente. A democracia, e consequentemente a liberdade, jamais alcançaram pleni-

tude. Continuam palavras perigosas e simultaneamente frágeis. Tão frágeis que um membro do próprio Congresso, égide dessa democracia/liberdade, propôs recentemente o seu fechamento e a reimplantação do regime de força no País.

O Estado, forte demais para os fracos e fraco demais perante os fortes, nunca conseguiu, não digo se erigir no platônico ser perfeito, pelo menos fazer do Brasil um país à altura do seu povo e das suas potencialidades. A reforma agrária, que deveria ter sido executada quando da libertação dos escravos, para que esses continuassem, na qualidade de proprietários, a cultivar a terra, como sempre o fizeram, permanece tabu. Aquelas "abusivas concessões de sesmarias à posse de uma só família" permanecem intocáveis. As famílias, sem nenhuma vocação agrícola, vivem nas grandes cidades, como banqueiras, construtoras, industriais. Cultivar a terra, só com alguns produtos para exportação: soja, café, carne. Enquanto isto, o rural vive entre a cerca e a estrada de rodagem e aí de quem ousar cruzar o arame. Perigo, aliás, já nem tão preocupante: a população rural brasileira migrou para os grandes centros, em busca também de vida melhor. Infelizmente, a maioria esmagadora sobrevive alimentando-se de lixo, sem moradia, emprego, escola para os filhos e qualquer tipo de assistência. Tão exaustivamente raquítica, confunde-se hoje "com os

mestiços-neurastênicos do litoral". Como "a nossa evolução biológica reclama a garantia de uma evolução social", contrariando também Gilberto Freyre, o "tipo abstrato" do brasileiro está definido: é descendente do dono das sesmarias, alto, loiro, olhos azuis, enfim, é ariano; habita o Centro-Sul e o Sul do País, tem nome de origem estrangeira, usa camisas de malha legendadas em inglês, de cuja língua fala algumas expressões, masca chicletes e só ouve rock and roll, ritmo já citado pelos meios de comunicação como da MPB. A maioria prefere morar em países do Primeiro Mundo, mas aqueles que não o conseguem, começam a promover a divisão territorial do Brasil e a escrever nos muros de suas cidades: "fora os paraibas safados". Paraibas ou baianos são nordestinos, nortistas, negros, mestiços e miseráveis de maneira geral, a quem aquela gente está cansada de sustentar ou ajudar".

Como estava escrito: "Ou progredimos ou desaparecemos", o progresso foi promovido, mas apenas num estado do Centro-Sul. Onde já se havia desenvolvido a lavoura do café, erradicando-a do restante do País. Aí também a cana-de-açúcar foi mecanizada. Nos demais estados permaneceu o processo primitivo. Duas importantes repartições foram criadas para financiar a juros baixos ou fundo perdido todo o processo, do plantio à exportação, da cana e do café. Como se não bastasse, todas as grandes repartições são aí sediadas, pagando altos salários a um exagerado contingente de funcionários, que assegura o consumo da produção da indústria nascente.

Com doação de terrenos com infra-estrutura, incentivos fiscais, isenção de impostos, mão-de-obra barata, as multinacionais não vacilaram em transferir as obsoletas fábricas de "carroças" e outros produtos para o nosso País, até então considerado eminentemente agrícola. Elas já dispunham de tecnologia de ponta. As fábricas, portanto, em nada mudariam nossa condição de subdesenvolvidos e dependentes.

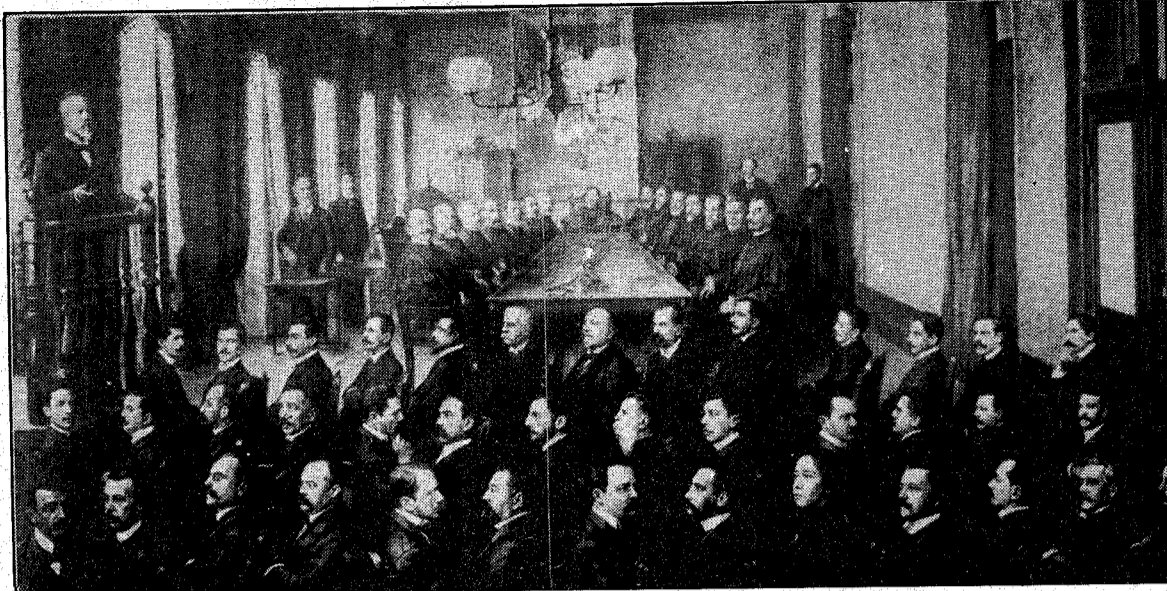
Para os que permaneceram no seu torrão, houve uma impostura notável: criaram uma agência de desenvolvimento



regional, que ainda sobrevive falida e desacreditada. Mas também viveu seus tempos áureos. Alardeava: as taxas do crescimento nordestino são maiores do que as do restante do País. Seguiam-se as estatísticas: dez fábricas implantadas no Nordeste, contra três nas demais regiões. Examinados os dados, verificava-se que as dez fábricas eram de caixas de fósforos, sorvetes, cervejas, alpargatas, refrigerantes, sabão em barra, curtume, camisas, sacolas para supermercados e uma de geladeira. Esta, por atender o mercado de uma região cuja temperatura é de 29 a 30°, de janeiro a janeiro, só não ascendeu ao posto de protótipo do desenvolvimento, porque não havia mão-de-obra especializada local. Arregimentou-se na matriz mais da metade do seu pessoal. Oferecendo, como não poderia deixar de ser, altíssimos salários, casa, comida e roupa lavada, esse pessoal ameaçou gorda poupança no estado de origem. A fábrica foi à falência, não sem antes receber da referida agência inúmeras injeções financeiras. Já as três fábricas das demais regiões, compreenda-se Centro-Sul, eram simplesmente indústrias automobilísticas, naval e aeronáutica.

Vivíamos o milagre. Não do Conselheiro ou do Padre Cícero. O milagre industrial. Infelizmente durou pouco. A crise do petróleo derrubou a máscara e a cortina da farsa despençou. Ainda tentaram salvar as aparências com a criação da tecnologia do álcool. E as haveria salvado se o programa tivesse sido em nível municipal, sabendo-se que a cana-de-açúcar pode ser cultivada até em quintais. Com o programa centralizado, no entanto, além de incentivos para usineiros, perdão de dívidas astronômicas, o álcool disputa preço com a gasolina e ameaça colapso, nos transportes e no abastecimento.

Os escolhidos foram com tanta sede ao pote que as fontes esgotaram. É chegado o momento de começar a pagar a dívida externa. E paga-se uma média de 10 bilhões de dólares, só de juros, por ano. O principal é rolado, em dire-



"Reunião imaginária", Valério Vieira

ção aos nossos filhos e netos. Internamente, a solução encontrada foi a socialização dos prejuízos, criando-se impostos. Sempre ouvi dizer que não se risca um palito de fósforo sem que o imposto esteja pago, daí não entender como 58 impostos não abarrotam os cofres do Governo. Aliás, da mais insignificante à mais importante empresa, incluem nas suas planilhas o item impostos e os cobra do povo, mas os somam aos lucros ilícitos. O Governo sabe disso, mas nunca pensou em criar outra sistemática e prefere promover um carnaval de publicidade, pago a preço de ouro, dizendo: "Peça a nota fiscal".

Uma boa lembrança: carnaval e futebol. O primeiro já é permitido por mais de 30 dias em alguns estados, com bebidas, sexo e drogas. O outro, como reinado independente, atua o ano todo. Nenhuma outra atividade neste País envolve tantos recursos nem merece tanto espaço na mídia. Além de programas específicos e cadernos especiais, é noticiado pela manhã, à tarde e à noite. Um gol é enfiado de frente, pela direita, esquerda, por trás, com duas, três reprises. É o único motivo que leva milhões de brasileiros numa frequência acumulada às ruas, de bandeira em punho, gritando: Brasil, sil, sil, sil.

Argumentei certa vez para Gilberto Freyre que o nordes-

tino já não mais se alimentava da mandioca farinha, beiju, tapioca, cuscuz, papas e bolos. Agora come pães, bolachas e biscoitos finos, com bromato de potássio ou, no mínimo, com uma das vinte adulterações apontadas por Marx, como praticadas na França do século passado. Sendo que a maior gravidade não está na substituição do alimento, mas da mandioca pelo trigo, que é importado. O mestre mostrou-se tão impressionado que me prometeu a coordenação de uma pesquisa sobre o assunto.

No plano cultural, não há nada de diferente. Se houvesse, publicar um livro de Euclides da Cunha não seria quase um ato de bravura ou heroísmo. Mas basta dimensionar na mídia o espaço que o autor brasileiro ganha, especialmente os novos, para quem "somos muito lentos em reconhecer na fisionomia particular de um novo escritor o modelo que traz o nome de "grande talento", segundo Proust, e certificarmos-nos de que está se apagando a luz no fim do túnel. Não se trata de fato isolado. A despeito de Vom Martius e Langgaard, os laboratórios substituíram a medicina natural pela alopatia e remédios são vendidos até em barracas de feiras; os tecidos de linho ou algodão foram trocados pelos sintéticos, mesmo que no Nordeste se produzisse o algodão somente comparado ao do Egí-

to; a música, com sua profusão de ritmos, como samba, choro, baião, frevo, apontados como dos mais harmoniosos do mundo, virou "brega". Chegou a vez da Literatura. As livrarias estão empilhadas de péssimos livros de autores medíocres em péssimas traduções, mas é isto o que a nossa imprensa divulga e recomenda, como sinal de que nossa burrice generalizou-se.

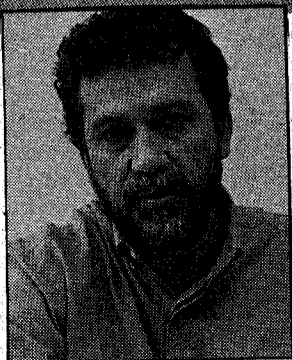
Mesmo assim o Nordeste continua "o cerne da nacionalidade brasileira". Por ser parte do Brasil com limites exclusivos de Brasil, durante séculos a cultura tornou-se tão arraigada às condições sertanistas e ruralistas em geral, onde predominam o patriarcalismo, o semifeudalismo, a monocultura, estribada numa sociedade tricontinental e causadora do surgimento de um misticismo exagerado, um cangaceirismo militante e muitos outros aspectos não menos fortes, principalmente os políticos, quase extremistas, que motivaram uma grande criação artístico-literária, da qual, ainda hoje, não se consegue arredar. Literatura, teatro, cinema, artes plásticas, televisão, enfim, quaisquer atividades intelectuais, somente realizam alguma coisa com traços imediatamente identificáveis de brasilidade se descerem às raízes do Nordeste. Até um Guimarães Rosa, em vez de escrever a seu modo um 007,

sob reflexo de um rio São Francisco, a lhe desaguar na medula a unidade nacional, optou por Grande Sertão-Veredas. Sem esquecer o tronco que deu José de Alencar e Castro Alves, Aluísio Azevedo e Augusto dos Anjos, Rachel de Queiroz e José Américo, Graciliano Ramos e José Lins do Rego, Câmara Cascudo, Jorge de Lima, João Cabral de Melo Neto, Ariano Suassuna, Osman Lins e uma lista infindável.

O cerne desta nacionalidade, não obstante o bombardeio sistemático do poderoso processo dominador, permanece vivo, imperativo, valente, como o demonstrou recentemente na defesa da música "Águas de Março", cujas letra e melodia, como inúmeras outras da MPB, vêm do povo nordestino, para que não servisse de fundo musical numa publicidade de um refrigerante que não é nosso. Felizmente o brilhante arranjador soube recuar em tempo, com medo de cair no ostracismo em que muitos já caíram, por traírem "a gênese das raças mestiças do Brasil".

E o que se fez para enfrentar "o terror máximo dos rudes patricios que por ali se agitam, a seca?" Numa só palavra: nada! Esclarecendo: nada dos nada! Não imagino um trabalho em nível do realizado no Estado de Israel, onde se cultivava flores e frutos no deserto. Cultivadas no Nordeste "são as flores dos esgotos", de Cruz e Souza que, desde o tempo do Império, quando houve juras de se gastar até a última jóia da coroa para acabar com a miséria na região, enfeitam estatísticas, relatórios, pedidos de empréstimos, discursos, comícios e manchetes de jornais.

Os que admitem que nacionalidade é a própria identidade com digital aposta no espírito; os que lutam pela publicação de obras como a de Euclides da Cunha, que tanto quanto o rio São Francisco costuram essa unidade nacional, batendo forte na empáfia dos poderosos e enaltecendo a pureza dos humildes, com a dignidade de quem analisa sob "a luz crua" da verdade, estes são otimistas.



Geraldo Magela (PT)

## A necessidade de uma política cultural

É certo que a existência de atividades culturais de uma sociedade não depende da boa vontade do Estado e nem de uma política paternalista dos governantes, mas o desenvolvimento das manifestações artísticas, a preservação das tradições, assim como a educação, necessitam de definições

claras, transparentes e democráticas por parte do Governo. A Secretaria de Cultura no Distrito Federal tem sido omissa e é a principal responsável pelo marasmo que tomou conta da cidade. Os espaços culturais públicos estão caindo aos pedaços e não há disposição de

recuperá-los. O exemplo mais grave desta situação é o Teatro da Praça, em Taguatinga. Os recursos destinados às obras da reforma caíram em exercício findo porque os órgãos (in) competentes não foram capazes de organizar o edital de licitação. Há outros exemplos de má

administração em Sobradinho, Ceilândia e no Plano Piloto. O Espaço Cultural da 508 Sul não tem, até hoje, normas para sua utilização. A Lei 158, de incentivos à cultura, que está em vigor há mais de dois anos, ainda não foi colocada em funcionamento.



# Tempo Ciclópico

□ Luís Martins da Silva

Eternas palavras  
tão antigas quanto  
imemorais parábolas  
acerca de tudo.

A que venho hoje, senão  
bater-lhes, outra vez, o toque  
a senha, o código de entrada  
símbolos de acesso.

Quanto tempo em lides externas!  
Quanta dispersão!  
Quanto de temporal tem o século!  
Quantas lições tem o pó!

Retornar de novo à câmara dos poemas  
tem este sabor de recomeço  
e esta sensação de que tudo volta ao mesmo ponto,  
até o vento, até as metáforas.

Volto mais velho.  
Foram muitos as circunavegações circadianas.  
Leste - Oeste. Leste-Oeste. Nunca, ao contrário.  
Acho que até repito erros. Tão bom é aprender a aprender.

# Compacto

■ Antônio Medrado

Ao mesmo tempo  
que te amo  
passas a ser  
o meu ódio predileto  
causa-me dor  
conhecer-te  
azucrinas meu ser  
mas sem você  
não vivo  
a dor causada por ti  
fere meu peito  
mais eu resisto.



# Batuque Sensual

□ J. Cardiàs

Teu olhar  
mergulha  
peixe  
no meu.

O meu  
no teu  
zinga  
luz.

Mãos  
nas  
mãos  
cuíca  
fez  
gemer  
corações.  
Batuca,  
amor!  
batuca.

Tua nudez  
me deixa  
como Deus  
me fez.  
E pontas  
de lanças  
cabos  
longos  
de violão  
acordes  
mais  
acordam  
línguas  
que me lambem  
que te mamam.  
Beijos  
no entre coxas  
pelos poros  
suam chorinhos  
cavaquinhos.

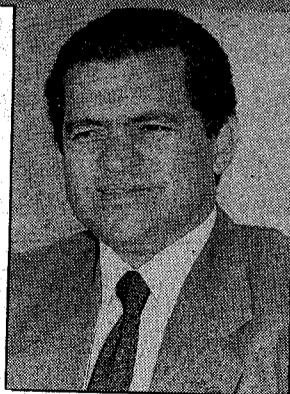
Doce flauta  
na minha boca  
nos teus  
lábios  
pífaro  
agarro  
e  
requebro  
e me quebro.  
Pandeiro,  
pra que te quero?  
Bumba, bumbas,  
sambas, rumbas.  
Roça, roça  
reco-reco!  
Ai! Que treco!

— Maestro, um instante!  
A batuta,

onde está a batuta?  
Ah!  
também tamborinhando assim,  
tem dó de mim, amor.  
Berimba-me  
meu berimbau.  
Uau!  
A banda tá passando,  
tô viajando  
mar ao léu.  
Pega o remo,  
rema,  
rema.  
Serei-o.  
Abre-alas, mais!  
Apoteose, ginga!  
Coração-tambor:  
bum, bum, bum!  
Ahn!  
Salivas pingam.

# Nós

□ Hugo Pontes



Manoel de  
Andrade (PP)

# A importância da Casa do Cantador

Sendo mantidas as devidas e óbvias proporções, podemos dizer que a diversidade da produção e do consumo de cultura em Brasília é tão grande quanto aquela observada em São Paulo. Isso porque, como ocorre na capital paulista, aqui em Brasília temos uma população absolutamente heterogênea no que diz respeito à procedência das pessoas, que

vieram dos mais distintos recantos do País.

Um enorme grupo de Brasília, como também de São Paulo, é formado pelos nordestinos. Para aglutinar os nordestinos, cultivar e divulgar suas expressões artísticas e culturais, foi fundada, em novembro de 1986, na Ceilândia, a Casa do Cantador, um espaço a ser melhor conhecido e explorado pelos mo-

radores de Brasília.

É ali, na Casa do Cantador, que anualmente acontece um festival reunindo repentistas, trovadores, emboladores, poetas de cordel e outros artistas que lidam com as mais genuínas expressões culturais oriundas do Nordeste brasileiro. A Casa do Cantador precisa ser preservada. Seus administradores devem ser incentivados e

apoiados pelo poder público e pela iniciativa privada, haja vista as dificuldades enfrentadas pela instituição para sobreviver e seguir promovendo seu momento maior — o festival.

A Casa do Cantador é um patrimônio dos nordestinos que chegaram para fazer a vida em Brasília. É um patrimônio da nossa cultura.



# Perrone

## Escritor das coisas e do tempo

□ Orlando Tejo

Marcelo Perrone me comove e chove em mim a chuva nova do esforço literário com a qual a gente se molha de bom grado. Chega-se a pensar que a poesia anda carcomida, com o desaparecimento físico de alguns dos nossos poetas; que os contos, as novelas, os romances etc., com a perseguição de todas as mazelas econômicas, políticas, sociais, que se abatem inexoráveis sobre nós escrivinhadores e sobre nossos leitores, estariam a escassear, em processo terminal e até se chega a pensar que os palcos podem quedar estéreis, por falta mesmo de quem registre o ato último de sua tragédia.

Ledo engano, ainda bem! Por isso, a comoção e a emoção de ler Perrone em sua última incursão naqueles campos. Ele é um digno fingidor (no sentido de definição de Fernando Pessoa para o poeta), tanto quanto nos brinda em seus contos e em suas peças com o talento dos melhores prosadores nossos e dos mais destacados dramaturgos. Vai de um a outros campos pertinentemente. Marcando sua presença literária com o bom gosto do estilo refinado, mas desprovido do ar conservador que muita vez impregna tristemente os trabalhos de alguns amigos



Perrone lançou um conjunto de obras: poesia, conto e teatro

literatos, de nomes feitos e refeitos.

Sua perplexidade pequeno-burguesa parece significar como que uma tentativa (bem-sucedida) de resgate sócio-cultural, profundamente perpassada pela dimensão política inevitável, de uma classe média cuja importância nessas áreas está a merecer, há muito, estudos mais aprofundados de nossos analistas. Mas, evidentemente, não entrarei aqui



*“Por ora chove em mim  
E chove ainda  
na tarde transparente”.*

M. Perrone

nesse mérito. Não cabe o espaço e menos é a mim cabível que me arvore em tal mister. Apenas comento, com humildade, de passagem, na esperança de poder surtir o efeito da provocação frutífera. É que o fato da emoção decorrente da leitura de Perrone me parece o atingimento do objetivo primeiro da obra literária, qual seja, o de propiciar a volta, o regresso interior de nossas almas desesperadas, em busca da essência da harmonização do ser humano.

Comovo-me com Perrone, ao acompanhar a luta tremenda, expressa na angústia quase edípica de Altamiro, para viver e morrer em paz com suas Rosas, em seu conto de abertura, que, sem demérito dos demais, vasculha com precisão as profundidades ignotas das almas prenhes do sofrer, a amargar uma espécie de fado dolorido e doloroso — o que empresta o toque básico da universalidade à personagem.

Igualmente me comovo com o sentido tanático de suas peças, a tangenciarem o espírito de Ionesco, pelos toques de quase absurdo, com que nos colocam diante do eterno enigma da morte.

□ Orlando Tejo é jornalista e escritor

## Em tom menor

No último dia 9 de dezembro de 1993 foi lançado no mezanino do edifício da OAB — DF, o livro **EM TOM MENOR**, de quadrinhas e haicais, do escritor e magistrado Romeu Jobim. O escritor, membro da Academia de Letras do Brasil e da Associação Nacional de Escritores — ANE, foi recentemente premiado no concurso nacional de haicais, realizado no Rio de Janeiro. O haikai é uma poesia japonesa, cuja forma poética mínima traz de suas origens uma natureza alusiva à vocação das sutilezas e das meias-tintas. A quadrinha, outra composição minúscula, molda-se melhor a um lirismo, voltado para o afetivo e o brejeiro. Numa e noutra forma, Jobim realiza, com segurança, a síntese dessas naturezas poéticas. O escritor e magistrado, acreano, pioneiro em Brasília, formado em Filosofia e Direito no Rio de Janeiro, já participou de várias coletâneas. Há três anos, Jobim lançou o livro de crônicas **BOA TARDE, EXCELÊNCIA**. O recente evento, bastante concorrido, contou com a presença de inúmeras personalidades e escritores da cidade. O livro **EM TOM MENOR**, bastante elogiado, é um livro sensível que traduz em seus versos com beleza e simplicidade momentos do nosso cotidiano e nossa vida. O livro está à venda na Livraria Presença.



José Edimar (PSDB)

## Lixo reciclável vale Cultura

A popularização das atividades culturais deve ser considerada como o principal caminho para o desenvolvimento artístico de Brasília. Celeiro de grandes nomes nacionais, o Distrito Federal teria grande impulso no campo artístico se adotasse medidas para estimular a presença de público nos espetáculos. Uma solução seria a regulamentação da

Lei 511, de julho de 1993, que cria o Programa de Ressarcimento de Lixo Domiciliar Reciclável.

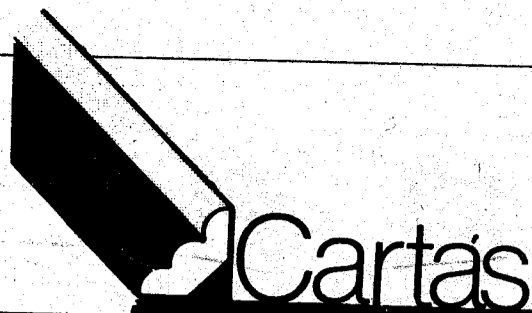
Por mais incrível que possa parecer, o lixo doméstico pode proporcionar alguns rendimentos para o morador e sua família. A venda de jornais velhos e garrafas vazias é uma prática bastante difundida, principalmente

nas camadas mais carentes. Consiste, no fundo, na execução de um procedimento de primeiro mundo, por ser a base da reciclagem do lixo.

A Lei 511, de minha autoria, em fase de regulamentação pela Sematec, permite que o morador receba tiquetes em troca do lixo domiciliar reciclável

(papel, vidro, metal e plástico). A proposta prevê a criação do vale-cultura. Ou seja, o lixo doméstico seria trocado por um tiquete aceito na compra de ingressos culturais. Ganha a população (que amplia sua renda familiar), ganha o meio ambiente (com a reciclagem) e ganha a área cultural (com o aumento de público).





Ao  
DF LETRAS  
Câmara Legislativa do DF  
SAIN - Parque Rural Norte Brasília-DF

7 0 0 8 6 8 0 0

Senhora Deputada Rose Mary:

O motivo deste **Canudos e Outros Temas**, de E. da Cunha, publicado pelo senado, com apresentação minha, é uma homenagem ao trabalho que V.Exa. vem realizando no **DF Letras**. Trabalho que a imprensa brasileira praticamente deixou de fazer: promover e divulgar obras e autores brasileiros. Até uma Revista do Livro dedica 90 por cento do seu espaço a publicações estrangeiras. **DF Letras** supre essa com critério e bom gosto. Leia a apresentação do livro: enfoca o brasileiro com vergonha de ser brasileiro.

Outro assunto: J. Borges. José Francisco Borges. Com orgulho, fui o

primeiro jornalista a falar sobre J. Borges na imprensa pernambucana. Já em 1974, ao publicar um livrinho, Marianne Bruyns fez a capa com xilogravura de J. Borges. Depois, 1. a TV Globo usou seus trabalhos como vinheta da novela *Saramandaia*. Censurada. A revista *Veja* fez duas reportagens com ele. Por indicação minha, o *Museu Tropical da Holanda* adquiriu trabalhos seus, de Amaro Francisco, seu irmão, e de filhos seus. A Galeria Ranulpho o contratou como artista exclusivo. Contra minha vontade: J. Borges, artista popular deve estar na feira livre, no meio do povo. Artista tem alma sol-

ta, é como cobra, não segura cabresto.

J. Borges voltou dizendo que eu estava certo. Bom é vender o folheto a xilogravura e ir para o boteco tomar cachaça. É ir para Caruaru, na casa de Luiza Maciel, artista internacionalmente conhecida, expor e vender para turista que vai ao Drama da Paixão em Nova Jerusalém. Depois pegar o apurado e gastar com uma "branquinha", feita de cana caiana. Pouquinho é rainha. Muitão é tirana. Não vou falar sobre seus efeitos, isto coube a Ascenso Ferreira, Mário de Andrade, Sérgio Milliet, Roger Bastide e quantos outros testemunharam os santos efeitos

da branquinha.

O máximo que posso fazer é convidar V. Exa e família para passar uns dias nos caminhos dos alambiques. Ali pelas bandas de Olinda, Itamaracá, Maria Farinha, Janga, Gaibu. Também pode sair uma peixada ou agulha frita, ou mão-de-vaca, sarapatel ou carne-de-sol.

Desculpe, pensei que escrevia a José Condé que falava com Vinícius de Moraes, ou José Louzeiro e Ednalva. Todos já beberam água de Caruaru. E de Bezerras, a terra de J. Borges.

Cyl Gallindo  
SHC. AOS 04 - Bloco A -  
Apto. 423 Brasília

Na oportunidade gostaria de solicitar a doação de uma assinatura do DF LETRAS, para esta Secretaria Municipal de Educação, e, se possível, os números atrasados.

Aguardando atenção e pronunciamento de Vossa Excelência agradecemos e apresentamos.

Cordiais saudações  
Sebastião Joaquim do Amaral  
— Secretário de Educação —  
Rianópolis - GO

□ □ □

Ilustres Diretores,

Venho cumprimentá-los pelo excelente trabalho editorial desenvolvido neste Suplemento. Através do amigo e historiador Paulo Bertran, tive acesso a esta importante publicação, li suas edições anteriores e a minha primeira impressão foi a de que estava diante de um verdadeiro fórum de debates sobre o planalto central e o centro-oeste. Como meio de análise e divulgação de textos jornalísticos, literários e acadêmicos, trata-se de leitura obrigatória entre o público leigo e especializado que se preocupa em estudar a nossa realidade. Permito-me estar incluído neste último e, pois, peço-lhes para me **enviar as próximas edições**. Parabéns pela iniciativa! Francisco da Paz Mendes de Souza (Professor de História e Pesquisador)

Planaltina - DF

□ □ □

Sr. Redator do **DF LETRAS**

Tomamos conhecimento deste importante veículo literário candango. Parabéns pela iniciativa de premiar a literatura nacional com importante periódico. Nele compõem as mais expressivas inteligências do mundo das Letras. Sucesso para esta iniciativa de vocês e vida longa para suas publicações.

CLÁUDIA VIVIANE DE SOUZA  
POETISA  
Presidente Prudente - SP

Exmo Sr Diretor:

Através deste, venho solicitar a V Ex<sup>a</sup>, providências no sentido de que me seja fornecida uma assinatura de "DF Letras".

Esclareço que meu endereço é Rua José Antônio Garcia Duarte N<sup>o</sup> 29, Jardim José Sambrano, Itajobi — SP, CEP 15840-000, Fone 0175-461816.

Certo em poder contar com sua preciosa atenção, agradeço-lhe antecipadamente.

IREMAR APARECIDO  
DO PRADO - SP

□ □ □

São Francisco de Assis, 03 de janeiro de 1994.

Prezados Editores:

Em primeiro plano, recebam meus elogios pela ótima publicação, a qual tive acesso por apreciar

leituras com referência à cultura, filosofia e política.

Sou formado em Ciências Contábeis pela UFSM-RS tendo a oportunidade de ler DF-LETRAS, fiquei entusiasmado com o seu conteúdo, a maneira como conduz seus assuntos, e a cultura como abordagem principal, ficaria honrado com o recebimento de exemplares deste tablóide para meu enriquecimento cultural, bem como atualizar-me de obras recém-lançadas.

Atenciosamente,  
Eurico James Pereira Baptista  
São Francisco de Assis RS

□ □ □

Prezados Senhores:

— Tomando conhecimento da existência do DF-Letras, gostaria de sa-

ber da viabilidade de vir a recebê-lo periodicamente.

— Sou Professor (faço Mestrado em Educação); sou Jornalista e Escritor Membro da UBE-União Brasileira de Escritores, colaborando com alguns veículos de comunicação (com artigos, contos, crônicas, Poemas, ensaios, críticas, reportagens, etc.)

Poeta Silas Corrêa Leite  
São Paulo-SP

□ □ □

Ilustre Deputada  
Dr<sup>a</sup> ROSE MARY MIRANDA  
DD. Vice-Presidente da  
Câmara Legislativa do DF.

Foi com imensa alegria que tomei conhecimento da brilhante iniciativa da Câmara Legislativa de editar um suplemento dedicado às atividades culturais.



Wasny  
de Roure (PT)

## Pólo de Cinema e Vídeo Grande Otelo

O Projeto de Lei N<sup>o</sup> 1192/93, de minha autoria, dá a denominação de "Pólo de Cinema e Vídeo Grande Otelo"

ao "Pólo de Cinema e Vídeo de Brasília". Justa homenagem a um dos mais completos artistas do Cinema Brasileiro.

Grande Otelo faleceu subitamente de uma parada cardíaca, dia 26 de novembro do ano passado, em Paris, quando iria

participar do 15<sup>o</sup> Festival dos Três Continentes. Continua, porém, imortal no Brasil e no exterior, através das imagens que deixou.



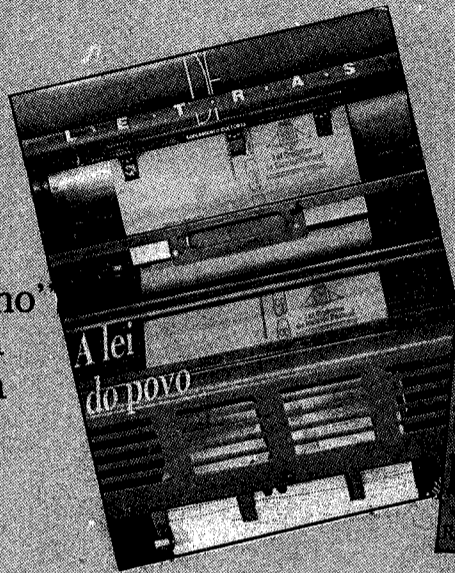
L . E . T . R . A . S

O

“jornalzinho” da Câmara Legislativa do Distrito Federal

é o maior sucesso. Um êxito editorial. Criado única e exclusivamente para valorizar, estimular e divulgar o escritor, o poeta, o historiador, o ensaísta, a pessoa, enfim, que luta e faz cultura, o “DF LETRAS” atingiu plenamente seu objetivo em apenas um ano de existência. Hoje, mais de 3.000 exemplares são distribuídos mensalmente pelo Brasil afora. Do exterior, especialmente de universidades norte-americanas, os pedidos de assinatura aumentam a cada edição.

“DF LETRAS”, um grande “jornalzinho”



DEIXE DE SER  
INÉDITO

**Escreva. Nós publicamos!**

Tire de letra, da gaveta, sua inspiração. Não esconda você de si mesmo. Muito menos dos outros. Lembra daquele poema, daquela emenda que você fez naquele soneto? Lembra do conto que você escreveu e que ninguém nunca leu? E que tal aquele ensaio histórico que você, noite após noite, elaborou e, cheio de dedos, deixou prá lá... E aquela tese-aquela mesma que você insiste em defender? Você já escreveu? Se escreveu, tem que publicar. Escreva que publicamos. O “DF LETRAS” é de quem escreve!

IMPRESSO

CPMTRATP Mº 3956/91  
ECT/CÂMARA LEGISLATIVA/DF  
UP: AC/CÂMARA LEGISLATIVA